

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (INCIS)

MARCELA DE LIMA PEREIRA

A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na
conjuntura brasileira recente (2016-2022)

Uberlândia

2023

MARCELA DE LIMA PEREIRA

A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na conjuntura brasileira recente (2016-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais

Área de concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Uberlândia

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

| | |
|--------------|--|
| P436 2023 | <p>Pereira, Marcela de Lima, 2001- A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na conjuntura brasileira recente (2016-2022) [recurso eletrônico] / Marcela de Lima Pereira. - 2023.</p> <p>Orientador: Danilo Martuscelli. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Sociologia. I. Martuscelli, Danilo ,1978- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 316</p> |
|--------------|--|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARCELA DE LIMA PEREIRA

A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na conjuntura brasileira recente (2016-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Uberlândia, 30 de novembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – (Orientador)

Prof. Dra. Patrícia Trópia (UFU)

Prof. Dra. Rosemeire Salata (UFU)

AGRADECIMENTOS

Felizmente, tenho muito o que agradecer a respeito da minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia e ao processo de elaboração dessa pesquisa. Gostaria de começar agradecendo à professora Valéria de Paula que, desde o primeiro semestre, me marcou profundamente com a disciplina de Antropologia I. Pode parecer um exagero da minha parte, mas acredito que, nessa disciplina, a professora Valéria transformou e moldou muito do que sou hoje. Também sou grata pela oportunidade de ter realizado a disciplina de Antropologia e sociabilidades rurais com ela no período da pandemia, que serviu como minha única motivação na graduação durante o ensino remoto e o isolamento social. Te agradeço e parablenizo pela capacidade de, mesmo à distância, transmitir esperança e sensibilidade. Graças a você, tudo aquilo que antes passava despercebido, hoje ganha um olhar mais atencioso e sensível. Obrigada, professora, pelos ensinamentos e memórias que, para sempre, guardarei com muito carinho.

Agradeço ao meu professor e orientador, Danilo, que me incentivou nos momentos de dificuldade durante a pesquisa e me demonstrou que, com uma boa orientação, feita de forma humanizada, o processo, além de possível, se torna muito mais leve e prazeroso. Foi uma honra ter sido sua orientanda e aprender com você nessa jornada. Agradeço também à Fapemig, instituição da qual fui bolsista e que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Além disso, agradeço à minha mãe, Gleide, que sempre me incentivou e motivou nos estudos e ao meu pai, Sérgio, pois sem eles nada disso seria possível. Agradeço ao meu namorado, Lucas, que esteve comigo durante todo o processo de realização da pesquisa, me ouvindo e me apoiando e a seus pais, Eli e Fábio, pelo suporte de sempre. Agradeço também às minhas amigas de graduação, Júlia e Isabela, que sempre se fizeram presentes.

Por último, mas definitivamente não menos importante, agradeço ao meu irmão, Vinícius, por tudo. Meu irmão é meu porto seguro e meu maior exemplo. Nos momentos de dificuldades, especialmente durante o período de isolamento social, se eu cogitei desistir de algo, como a graduação, não o fiz porque, mesmo sem ele dizer nada, sempre sinto seu apoio comigo, me motivando a seguir em frente. Obrigada por sempre estar comigo, pelo seu cuidado, e por me ensinar tanto, mesmo sem saber. Tudo aquilo que sou, e tudo aquilo que eu vier a ser, sempre terá um pedacinho seu.

RESUMO

Esta pesquisa buscou examinar o posicionamento adotado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) na conjuntura compreendida entre o golpe contra Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2022, procurando dar destaque para alguns eventos, tais como: a) o impeachment de Rousseff e a política de seu segundo mandato; b) a posse de Michel Temer e o conteúdo da política e as reformas constitucionais executadas por seu governo; c) as eleições presidenciais de 2018 e 2022. Nesse sentido, propomo-nos examinar as principais demandas da CNA enquanto representante da burguesia agrária, em especial dos fazendeiros, de 2016 a 2022. Para a realização da pesquisa foi necessário combinar: pesquisa bibliográfica, documental e em sites jornalísticos. Na análise, verificamos a insatisfação da entidade com o governo de Rousseff, o que resultou no apoio da CNA ao processo de impeachment, além do apoio às reformas neoliberais promovidas pelo governo Temer e às políticas do governo Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); agronegócio; burguesia agrária; política brasileira; conflitos de classe.

ABSTRACT

The current research tried to exam the position adopted by the National Confederation of Agriculture and Livestock (CNA) at the conjuncture comprehended between the impeachment of Dilma Rousseff and the presidential elections of 2022, trying to highlight some events, such as: a) the impeachment of Dilma Rousseff and the policy of her second administration; b) the tenure of Michel Temer and the content of his policy and the constitutional reforms executed by his government; c) the presidential elections of 2018 and 2022. In that regard, we examined the main demands of CNA as representant of the agrarian bourgeoisie, in particular the farmers, from 2016 to 2022. To do this, we needed to combined: bibliographic research, documentary, and journalistic websites. At the analysis, we checked the insatisfaction of the entity with Dilma's Rousseff government, what resulted at the support of CNA to the impeachment process and, beyond this, the support to the neoliberals reforms promoted by Temer's government and the policy adopted by the government of Jair Bolsonaro.

Keywords: National Confederation of Agriculture and Livestock (CNA); agrobusiness; agrarian bourgeoisie; brazilian politics; class conflicts.

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

| | | |
|------------|---|----|
| Tabela 1 - | Evolução dos recursos destinados ao crédito rural, de 1970 a 2002 | 17 |
| Tabela 2 | Participação do agronegócio no PIB nacional de 1996 a 2022 | 20 |
| Imagem 1 - | Campanha da CNA pelo Impeachment de Dilma Rousseff | 35 |
| Imagem 2 - | Capa do documento O Futuro é Agro | 42 |
| Imagem 3 - | Capa do documento o que esperamos dos próximos governantes | 60 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 BURGUESIA AGRÁRIA NO BRASIL | 12 |
| 1.1 Burguesia agrária | 12 |
| 1.2. Modernização conservadora | 13 |
| 1.3. Burguesia agrária e representação política | 16 |
| 2 CNA: ORIGENS E EVOLUÇÃO POLÍTICA | 23 |
| 2.1 Origens da CNA | 23 |
| 2.2 CNA e a representação do setor agropecuário | 28 |
| 3 A POSIÇÃO DA CNA NA CONJUNTURA BRASILEIRA DE 2016 A 2022 | 32 |
| 3.1 Golpe contra Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer | 32 |
| 3.2 Eleições presidenciais de 2018 e o Plano de Estado "O Futuro é Agro" | 39 |
| 3.3 Do governo Bolsonaro às eleições presidenciais de 2022 | 51 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar os posicionamentos adotados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) de 2016 a 2022, com o objetivo de examinar as principais demandas da CNA como representante da burguesia agrária. Parte do interesse para a realização dessa pesquisa se deu pela pouca quantidade de trabalhos disponíveis que estudam o comportamento político da CNA, especialmente na conjuntura recente, ou que tomam essa entidade como objeto central de análise. Ao procurar pela sigla ou pelo nome por extenso da entidade na plataforma Scielo, não foi possível encontrar nenhum trabalho específico sobre a CNA. Já pelo Google Acadêmico, foi possível encontrar dois resultados da mesma autora, Ana Claudia Tavares, mas ambos dissertando sobre o processo de formação da entidade, sem mencionar sua atuação política mais recente e, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, três resultados.

Assim, para examinar o posicionamento da entidade, foi necessário acessar notas oficiais, o site oficial da CNA, a página do facebook e o Twitter da entidade, além de veículos jornalísticos. Como a CNA não dispõe atualmente de uma publicação jornalística que apresente suas pautas com regularidade, buscamos mapear os interesses da CNA através das notas oficiais publicadas no recorte de tempo abordado nessa pesquisa. No entanto, a quantidade de notas disponíveis para acesso se mostrou insuficiente para que a análise fosse feita, já que as notas disponíveis em canais oficiais da confederação não abrangem todo o recorte da pesquisa, tendo sido identificadas apenas 19 notas oficiais para acesso entre 2016 e 2022. Também é importante ressaltar que algumas publicações da CNA saíram do ar em função de mudanças e atualização do site. Nesse sentido, ainda que tenha sido possível encontrar postagens e links em outras plataformas da entidade, além do site oficial, como o facebook e o Twitter da CNA, muitos desses links já não permitem mais acesso. O único evento que se apresenta nessas notas com ênfase, com sete notas publicadas em 2016 relativas ao tema, é o processo de impeachment movido contra Dilma Rousseff.

Ainda que o conteúdo das notas que se encontram disponíveis não seja muito denso e não haja uma publicação regular, os documentos elaborados pela CNA para as eleições de 2018 e 2022 constituem uma base significativa do conteúdo ideológico e das demandas da entidade, abordando a posição da CNA a respeito de alguns acontecimentos políticos relevantes desse período, tais como a aprovação do teto de gastos, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária

e a reforma tributária. Em 2018, a CNA publicou o documento "O Futuro é Agro" e, em 2022, o documento "O que esperamos dos próximos governantes?".

O Plano de Estado chamado "O Futuro é Agro" contém 139 páginas e busca apresentar aos candidatos quais são as principais propostas e demandas do setor agropecuário a longo prazo. Por isso, o documento destaca as propostas que provavelmente não conseguiriam ser implementadas em apenas quatro anos de mandato, prevendo assim sua execução de 2018 a 2030, daí advindo o título "Plano de Estado". Assim, tópicos que haviam sido apenas mencionados em algumas notas, como a reforma tributária e a reforma da previdência, são explorados e debatidos de forma mais ampla e detalhada, apresentando o conteúdo da agenda econômica e política defendida pela Confederação. O documento "O que esperamos dos próximos governantes?", apesar de ser mais enxuto e conter 89 páginas, segue a mesma linha proposta, indicando as necessidades que os ruralistas consideram mais urgentes para o setor. Além disso, os documentos, em conjunto com algumas entrevistas localizadas concedidas por João Martins, dirigente máximo da CNA, nos permitem identificar mais especificamente quais são os interesses de classe que a CNA se propõe a representar. A hipótese, aqui, é de que, na impossibilidade de agenciar e conciliar os interesses do agronegócio ou da burguesia agrária como um todo, a CNA buscou representar especificamente os setores que, no jargão dos estudos rurais, se inserem economicamente da "porteira para dentro": os grandes fazendeiros e produtores rurais, que se distinguem, por sua vez, dos segmentos da burguesia agrária que se situam da "porteira para fora" e operam tanto na montante (produção de insumos e maquinários) quanto na jusante (processamento e comercialização) no processo de produção agropecuário global.

Os documentos que serão abordados no capítulo referente à análise da posição da CNA na conjuntura brasileira recente de 2016 a 2022, trazem sustentação a essa hipótese. Como apresentado no primeiro capítulo, a burguesia não é um grupo homogêneo, portanto, o agronegócio também não pode ser pensado dessa forma. Nesse sentido, a burguesia agrária, enquanto uma das frações presentes na composição do agro, representa a parte dominante do setor, excluindo os pequenos produtores do grupo que a integra. Assim, a CNA, ao colocar a propriedade privada rural e a defesa dos latifúndios enquanto elemento central de demanda do setor nos documentos, nos oferece fortes indícios de seu alinhamento aos interesses da "porteira para dentro".

Considerando o objetivo da pesquisa, os próximos tópicos têm como intuito analisar, a partir do material coletado, quais os interesses centrais da CNA e quais propostas e demandas têm sido colocadas enquanto elemento fundamental para o setor pela entidade. Para isso, os capítulos estão divididos na seguinte lógica: o primeiro capítulo tem como objetivo apresentar o processo de formação da burguesia agrária no Brasil através da modernização conservadora e a consolidação dos Complexos Agroindustriais; o segundo, se concentra em examinar como se deu o processo de formação da CNA e sua relevância no cenário nacional enquanto representante dos interesses rurais; por fim, o terceiro capítulo buscou analisar quais os posicionamentos adotados pela CNA na conjuntura recente de 2016 a 2022 e identificar, a partir desses posicionamentos, quais demandas aparecem enquanto elemento central para a entidade.

1 BURGUESIA AGRÁRIA NO BRASIL

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o posicionamento adotado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) no período de 2016 a 2022. Nesse sentido, torna-se necessário, em primeiro lugar, indagar que interesses esta entidade se propõe a representar. Embora a CNA invista recorrentemente na imagem de representação do agronegócio como um todo, como se os interesses desse setor fossem homogêneos, a cadeia produtiva que o compõe é muito plural, englobando agentes sociais com interesses econômicos distintos. A própria existência de múltiplas entidades de representação patronal é uma expressão dessa heterogeneidade presente no agronegócio. Dito de outra maneira, a burguesia agrária pode ser concebida como um grupo multifuncional e, diante da capitalização das relações de produção do campo, a CNA representa fundamentalmente uma parcela desta burguesia agrária, a saber: os interesses dos grandes fazendeiros e produtores rurais .

1.1 BURGUESIA AGRÁRIA

Considerando que a burguesia não é um grupo monolítico, o agronegócio também não pode ser pensado assim. A burguesia agrária, nesse sentido, é a fração da burguesia que representa a classe dominante do agronegócio, excluindo os pequenos produtores rurais de sua composição. Ela é, portanto, o segmento da classe dominante "que detém a posse e propriedade econômica dos meios de produção utilizados para extração de trabalho alheio não-pago em atividades agropecuárias e extrativistas" (FRANCO, 2002. p. 19), o que a permite ser considerada um grupo multifuncional. O monopólio de terras, segundo Giuliana Franco, também é uma questão a ser considerada, uma vez que a propriedade é um fator central da acumulação capitalista. Contudo, apesar de ser uma questão a se considerar, a posse de terras não é, por si só, um fator que define o conceito. Embora a posse de terras não seja um elemento que defina suficientemente o conceito de burguesia agrária, não se pode negar que, no Brasil, historicamente os interesses de capitalistas rurais e proprietários de terras caminharam conjuntamente, de modo que a posse de terras se tornou um elemento de relevância na constituição e reprodução dessa fração burguesa.

De um modo geral, embora a CNA se proponha a representar a burguesia agrária em geral, o fato de essa fração burguesa ser um grupo multifuncional que abrange as diferentes etapas do processo de produção do agronegócio dificulta e, talvez, até impossibilite a conciliação dos interesses de todos os agentes envolvidos no processo produtivo. Desta forma, ao considerar os posicionamentos adotados pela entidade de 2016 a 2022 que serão analisados nos próximos capítulos, percebe-se que, mais especificamente do que os interesses da burguesia agrária, parece que a CNA tem se dedicado aos interesses "da porteira para dentro", uma vez que seus discursos, frequentemente, convergem para a defesa dos grandes fazendeiros e produtores rurais.

Assim, considerando o papel da CNA enquanto uma entidade representativa dos interesses agrários e sua relação com a burguesia agrária e os grandes produtores e proprietários de terra, os tópicos seguintes têm como intuito, primeiramente, contextualizar a formação e consolidação de uma burguesia agrária no Brasil através do processo chamado de “modernização conservadora” (DELGADO, 2012), processo pelo qual surgiram os Complexos Agroindustriais (CAI); em segundo lugar, ao discorrer sobre a representação política da burguesia agrária, pretende-se examinar como essa fração burguesa tem buscado se articular politicamente desde sua formação frente às políticas de Estado.

1.2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A modernização conservadora, iniciada no começo da década de 1960, mudou significativamente os padrões de produção agropecuários. Antes desse período, as atividades que hoje englobam a cadeia produtiva do agronegócio possuíam uma alta concentração, mas baixa modernização no processo produtivo. No início da década de 1960, no entanto, a agropecuária brasileira passou por um forte processo de modernização através de novas tecnologias trazidas pela indústria que terminaram por modificar a técnica de produção e, conseqüentemente, sua abundância e lucratividade. Ao intensificar a relação entre a agricultura e a indústria no período, foram formados, então, os Complexos Agroindustriais (CAI) (DELGADO, 2012).

Contudo, segundo Franco (2002), a formação dos CAI não alterou exclusivamente o exercício das atividades agrícolas com o aumento das formas e instrumentos de trabalho; o

processo da modernização conservadora e a formação dos Complexos Agroindustriais, ao estabelecer uma relação entre a agricultura e a indústria, criou também uma integração entre capitais de origem agrária, industrial e bancária, sistematizando uma nova categoria de acumulação de capital no Brasil. Esse novo modo de capitalização das relações de produção no campo, ao propiciar uma distinção da propriedade fundiária pré-capitalista, ou seja, o tipo de produção no campo que se tinha antes da modernização conservadora, é o que permite a emergência de uma burguesia agrária no Brasil.

Durante o período da ditadura militar, graças a esse período de modernização, a burguesia agrária ocupou um espaço significativo no direcionamento das políticas governamentais, conseguindo um papel de relevância no bloco no poder. Com a transformação da técnica e das relações que permeavam a produção no campo, houve mudanças significativas no perfil de investimento na terra. Em 1964, por exemplo, o governo lançou o Estatuto da Terra, a partir do qual as propriedades rurais existentes deveriam ser transformadas em empresas produtivas (DELGADO, 2012).

Embora, inicialmente, essa ideia pudesse ser aplicada à produção familiar, os benefícios dessa política foram voltados, prioritariamente, para os grandes proprietários fundiários. Assim, Franco (2002) aponta que esses proprietários desfrutaram de fartas concessões de crédito, facilidades de pagamento e incentivos fiscais. Grande parte desses incentivos financeiros, no entanto, advinham dos investimentos de empresas estrangeiras no Brasil, demonstrando a presença de empresas estrangeiras em todos os ramos relacionados à agricultura brasileira, inclusive o da produção primária. Desta forma, os subsídios e incentivos creditícios foram destinados a diversas frações do setor rural.

Apesar de a burguesia agrária ter desfrutado de amplo reconhecimento no plano político durante a ditadura militar, especialmente através das políticas de crédito e financiamento, a partir da década de 1980, esse setor representativo do agronegócio teve uma diminuição considerável do seu espaço político. De modo geral, com o fim do regime militar, houve uma redução significativa dos gastos governamentais com a agricultura que, segundo Coletti (2006), está expressa, sobretudo, nos seguintes acontecimentos:

Na redução de recursos públicos destinados ao crédito rural e nas alterações promovidas pelo governo na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); a agricultura brasileira foi exposta, por meio da abertura comercial iniciada pelo governo Collor, à concorrência internacional; o Plano Real (governo Itamar), ao

promover uma sobrevalorização cambial penalizou enormemente os setores agrícolas – tanto os que produziam para o mercado interno quanto os setores exportadores; o preço das terras de lavoura e de pastagens apresentou uma forte retração ao longo dos anos 90; o endividamento da burguesia agrária cresceu de forma expressiva etc. (COLETTI, 2006, p. 132)

A agricultura e o CAI, nesse sentido, perderam o espaço privilegiado que possuíam no interior do bloco no poder na década de 1970 pelo avanço técnico da agricultura proporcionado pela modernização conservadora. Perda essa que, no espaço da representatividade política, permitiu que, a partir de então, os interesses econômicos de parte da burguesia agrária, especialmente daqueles da "porteira pra dentro", fossem mais facilmente contrariados em função das frações com mais espaço e influência no bloco no poder.

Com a modernização conservadora, a agricultura teve um papel de protagonismo nos anos 1970, mas a partir da década de 1980 e, principalmente nos anos 1990, esse papel foi perdido. O que, no espaço da representatividade política, permitiu que, a partir de então, os interesses econômicos da burguesia agrária fossem mais facilmente contrariados. Um exemplo disso é a expressividade com que os movimentos sem-terra, especialmente o MST, passaram a ganhar notoriedade na década de 1990.

Considerando a defesa exacerbada da propriedade rural feita por parcela burguesia agrária, colocando a defesa da propriedade privada muitas vezes acima da função social da terra, o tema da reforma agrária é uma ameaça aos interesses dessa fração burguesa. O próprio surgimento da CNA enquanto entidade representativa da burguesia agrária, durante a ditadura militar e antes mesmo do ganho de visibilidade dos movimentos sem-terra, está inserido num contexto de combate à uma reforma agrária distributiva. Segundo Franco (2002), a CNA, ao atuar enquanto representante dos ruralistas que fazem parte desse grupo, propõe, com o sentido de despolitizar a reforma, que a reforma agrária distributivista seja substituída pela compra e venda de terras financiadas pelo Estado, permitindo o abafamento dos conflitos fundiários e a defesa do direito à propriedade exercido de maneira inquestionável, sem que haja desapropriações e participação de movimentos sociais. Movimentos esses que só passaram a ganhar força em 1990, quando os interesses da burguesia agrária já não eram mais o foco das políticas de Estado.

Essa perda de espaço vivenciada pela burguesia agrária a partir da década de 1980 foi impactante no âmbito das representações patronais do campo. De acordo com Bruno (2022), o discurso pela defesa da propriedade rural e desestabilização de movimentos de luta pela terra é um dos elementos centrais na construção da hegemonia do patronato rural e do agronegócio no Brasil. Hegemonia que, atualmente, possui dois principais campos de atuação política: união e identidade entre seus pares (ação que atribuiu à CNA, por exemplo, legitimidade na representação dos interesses agrários, uma vez que coloca sob a imagem de união as frações heterogêneas que a compõem) e a ofensiva contra todos aqueles considerados adversários políticos e de classe (BRUNO, 2022).

Neste sentido, ao observar a prevalência do pensamento conservador através da defesa da concentração de terra, contra as reivindicações de movimentos sem-terra, como o MST, que ganharam força desde a Nova República, projetam-se também as organizações patronais rurais, que se multiplicam como forma de enfrentar esses movimentos através da ampliação de instâncias de representação de classe. Segundo a própria Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), por exemplo, “a luta do campesinato e a existência de um pensamento crítico essencialmente campestre e ideologizado pesou muito na criação da entidade” (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2008 apud BRUNO, 2022, p. 81). No entanto, mais recentemente, a preocupação do agronegócio não tem sido somente a reforma agrária, mas também - e, talvez, principalmente - as reivindicações por direito ao território dos povos tradicionais e indígenas. Assim, a filiação nas estruturas de representação sindical patronal é de suma importância, uma vez que “automaticamente lhes garante a presença em vários órgãos da administração pública: fóruns, conselhos deliberativos, ministérios, institutos, etc” (BRUNO, 2022, p. 9.).

1.3. BURGUESIA AGRÁRIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Entre as décadas de 1960 e 1980, a burguesia agrária passou por um período de significativa oscilação com relação ao seu papel de destaque no direcionamento das políticas governamentais. No início da década de 1960, devido ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo promovido pela ditadura militar, o setor agropecuário do Brasil desfrutou de grandes concessões de crédito e incentivos fiscais, enquanto que, a partir da década de 1980, tiveram os recursos públicos destinados à atividade rural reduzidos gradativamente, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 1. Evolução dos recursos destinados ao crédito rural, de 1970 a 2002, em valores constantes em Reais (atualizados para 2002)

| Ano | Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002. | Nº índice | Ano | Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002. | Nº índice |
|------|--|-----------|------|--|-----------|
| 1969 | 15.267.528.123,00 | 100 | 1990 | 17.591.829.946,00 | 115 |
| 1970 | 18.216.902.123,00 | 119 | 1991 | 18.149.777.479,00 | 118 |
| 1975 | 66.417.867.918,00 | 435 | 1992 | 20.124.175.611,00 | 131 |
| 1979 | 76.970.765.290,00 | 504 | 1993 | 17.280.750.113,00 | 113 |
| 1980 | 73.609.930.121,00 | 482 | 1994 | 28.103.489.615,00 | 184 |
| 1981 | 63.846.695.783,00 | 418 | 1995 | 12.833.562.286,00 | 84 |
| 1982 | 61.827.249.227,00 | 404 | 1996 | 11.201.897.956,00 | 73 |
| 1983 | 46.671.495.017,00 | 305 | 1997 | 16.235.211.754,00 | 106 |
| 1984 | 28.507.370.940,00 | 186 | 1998 | 17.702.786.088,00 | 115 |
| 1985 | 40.651.848.708,00 | 266 | 1999 | 16.854.217.544,00 | 110 |
| 1986 | 60.619.065.204,00 | 397 | 2000 | 17.224.379.180,00 | 112 |
| 1987 | 47.786.131.389,00 | 312 | 2001 | 20.454.014.743,00 | 133 |
| 1988 | 33.720.413.528,00 | 220 | 2002 | 22.443.322.771,00 | 147 |
| 1989 | 30.792.589.302,00 | 201 | | | |

Fonte: Banco Central do Brasil (2002) apud: Coletti (2006), p. 134

Segundo Coletti (2006), os ajustes macroeconômicos promovidos pela dívida externa do Brasil nos anos 1980 tornaram escassos boa parte dos recursos governamentais que, em grande parte, estavam sendo destinados às atividades agrícolas. Como mencionado, entre 1965 e 1981, a agricultura brasileira passou pela modernização conservadora, mas devido às condições impostas do ajustamento à crise do endividamento externo, a economia brasileira entrou em uma fase de estagnação econômica.

Nesse contexto, a agricultura, ainda que com recursos reduzidos, seguiu desempenhando um papel crucial na gestão da conjuntura macroeconômica brasileira. A exportação de mercadorias, por exemplo, "passa a ser essencial na geração de saldos de comércio exterior que suprem as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos" (DELGADO, 2012, p. 78). Para controlar a crise, ainda no regime militar, a estratégia econômica adotada consistia, segundo Delgado (2012), na geração de saldos comerciais expressivos:

Essa estratégia estava, basicamente, ancorada na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que avançam pela nova fronteira agrícola da região centro-oeste. [...] Essa trajetória produtivo-distributiva, que promove o crescimento dos setores primários, ao fazê-lo, impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais. Como esses saldos comerciais são remetidos ao exterior por exigência das condições contratuais de remuneração do capital estrangeiro, a política de saldos comerciais a qualquer custo não é compatível com o crescimento da demanda interna, que em última instância afetaria negativamente o saldo. (DELGADO, 2012, p. 80)

Com a política de geração de saldos comerciais, o Brasil voltou a receber capital externo. No entanto, a partir do Plano Real e a adoção de uma governança de ideologia neoliberal nos governos Collor e FHC, a estratégia de desenvolvimento da economia passou a ser uma política de completa abertura em matéria de atração de capital externo. Entre essas políticas, podemos mencionar a "desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial" (DELGADO, 2012, p. 81). Assim, o superávit no comércio exterior passou a cair substancialmente, tornando-se deficitário e gerando consequências de desvalorização sobre a terra fundiária.

Nesse sentido, a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais, a redução da visibilidade das atividades agropecuárias no bloco no poder foi ainda maior. Na época, tanto as atividades agropecuárias quanto a propriedade de terras tornaram-se investimentos pouco atrativos para os setores da burguesia cuja rentabilidade vinha do campo. Segundo Coletti (2006), com a intensificação da concorrência internacional promovida pelo governo Collor, a adoção de uma política neoliberal de livre comércio e redução do papel do Estado na regulação das atividades exercidas pelo agronegócio, aumentou-se o endividamento da burguesia agrária.

No entanto, embora a política econômica dos anos 1990 tenha revelado uma possível fragilidade da burguesia agrária no espaço político, revelou também uma grande capacidade de articulação. Com a perda de espaço no direcionamento das políticas governamentais e créditos reduzidos, a burguesia agrária encontrou novas formas de representação e articulação política que a permitisse defender seus interesses econômicos. A quantidade de representantes de proprietários de terra, por exemplo, cresceu significativamente no Congresso Nacional. Prova disso, segundo Coletti, é que:

A bancada ruralista, com cerca de quarenta parlamentares em 1986, passou para 189 parlamentares em 2002, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura. (LIMA, 2002). Essa sobre-representação parlamentar dos grandes proprietários rurais tem sido, até hoje, fundamental, por exemplo, nos momentos de "renegociação" de

suas dívidas agrícolas com o Poder Executivo, o que indica, a nosso ver, uma postura defensiva dessa fração de classe frente ao Estado. (COLETTI, 2006, p. 140)

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), fundada em 1995, também é uma expressão dessa capacidade de articulação da burguesia agrária no plano político sem que haja, diretamente, uma necessidade de alinhamento com o Poder Executivo. Assim, desde a década de 1990, na qual os interesses econômicos da burguesia agrária foram colocados em segundo plano - abrindo espaço, inclusive, para o avanço dos movimentos pela luta da reforma agrária - aqueles que compõem essa fração burguesa, têm, cada vez mais, buscado fortalecer outros caminhos de representação política. O vínculo com entidades representativas dos interesses agrários, como a CNA, ao permitir exibir uma imagem de unidade e força política também é um exemplo disso.

Atualmente, a FPA é um dos mais influentes grupos no Congresso brasileiro. Segundo o site oficial da Frente Parlamentar Agropecuária, dos 513 deputados federais que compõem o Congresso, 324 fazem parte da FPA, além de mais 50 dos 81 senadores eleitos, o que demonstra o impacto de suas votações (FPA, 2023). Em 2016, por exemplo, mais da metade dos votos que levaram ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foram promovidos pela bancada ruralista. Em 2018, a Frente Parlamentar Agropecuária também teve forte influência no resultado das eleições. Na época, sob a presidência da deputada Tereza Cristina (DEM-MS), desde o primeiro turno o apoio à candidatura de Jair Bolsonaro já estava declarado, assim como a construção de uma aliança política, que terminou expressa nos altos cargos políticos cedidos por Bolsonaro após sua vitória à parlamentares ruralistas, como a própria Tereza Cristina, nomeada ministra da Agricultura, e outros quatro ministros: Onyx Lorenzoni (DEM-RS) na Casa Civil, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) na Saúde, Osmar Terra (MDB-RS) na Cidadania e Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG) no Turismo.

Todavia, embora a FPA ocupe um importante e estratégico espaço de negociação dos interesses rurais, a composição da nova bancada ruralista, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro, demonstra que poucos de seus membros de fato possuem propriedades rurais. Por isso, vale ressaltar, não se pode tratar os interesses do agronegócio de forma unificada. Enquanto a FPA tem incorporado em sua composição cada vez mais parlamentares que não estão necessariamente vinculados às atividades agropecuárias e do campo, a CNA,

aparentemente, tem buscado trazer cada vez mais representatividade especificamente ao produtor rural (FPA, 2023).

Além disso, Coletti (2006) também aponta um outro fator essencial para a manutenção da burguesia agrária enquanto uma fração de relevância no cenário nacional: sua significativa contribuição na economia. Ainda que a representação política do agronegócio no Brasil seja extensa, não está isenta dos conflitos internos de classe, de modo que, frequentemente, aquilo que a burguesia agrária busca afirmar com relação a sua imagem é questionado. Há uma diferença, embora muitas vezes oculta, entre a imagem que se vende e aquilo que de fato se é. No Brasil, a propaganda "o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo" é um grande exemplo daquilo que o agronegócio busca promover ser, e boa parte dessa imagem se respalda em índices macroeconômicos, como o PIB. Ainda que nos últimos anos a participação das atividades agropecuárias tenha caído consideravelmente na composição do Produto Interno Bruto, sua porcentagem segue sendo significativa. De 1996 a 2003, segundo dados do Cepea, o agronegócio seguiu representando mais de 30% do PIB. Desde então, sua participação seguiu caindo cerca de 1% ano a ano até 2015, atingindo 20% do PIB, conforme indicado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Participação do agronegócio no PIB nacional de 1996 a 2022

| Ano | PIB total BR (a preços de mercado em R\$ milhões correntes - ref 2010) | Agronegócio |
|------|--|-------------|
| 1996 | 854.763 | 34,8% |
| 1997 | 952.089 | 31,3% |
| 1998 | 1.002.351 | 29,7% |
| 1999 | 1.087.711 | 29,4% |
| 2000 | 1.199.093 | 30,5% |
| 2001 | 1.315.756 | 30,1% |
| 2002 | 1.488.788 | 30,1% |
| 2003 | 1.717.951 | 30,4% |
| 2004 | 1.957.750 | 27,5% |

| | | |
|------|-----------|-------|
| 2005 | 2.170.584 | 24,4% |
| 2006 | 2.409.450 | 23,4% |
| 2007 | 2.720.263 | 22,7% |
| 2008 | 3.109.803 | 22,6% |
| 2009 | 3.333.039 | 21,3% |
| 2010 | 3.885.847 | 21,5% |
| 2011 | 4.376.382 | 20,7% |
| 2012 | 4.814.760 | 19,1% |
| 2013 | 5.331.619 | 18,7% |
| 2014 | 5.778.953 | 18,6% |
| 2015 | 5.995.787 | 20,0% |
| 2016 | 6.269.328 | 22,1% |
| 2017 | 6.585.480 | 20,6% |
| 2018 | 7.004.141 | 20,0% |
| 2019 | 7.389.131 | 20,4% |
| 2020 | 7.609.597 | 25,7% |
| 2021 | 8.898.727 | 26,6% |
| 2022 | 9.915.317 | 24,8% |

Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Cepea (2022)

Embora, como demonstrado na tabela, a participação do agronegócio no PIB tenha passado por processos de oscilação, ela segue sendo expressiva e importante para a composição da economia brasileira. Sabendo disso, o impacto das atividades agropecuárias na economia é um dos primeiros e, talvez, mais recorrentes argumentos utilizados por aqueles que buscam representar a burguesia agrária, independentemente do veículo de representação. Nos documentos elaborados pela CNA, como os planos de governança e propostas aos presidentes no período de 2018 a 2022, por exemplo, o argumento sempre esteve presente, como forma de garantir e promover credibilidade àquilo proposto. Assim, a imagem imposta de veículo propulsor da economia e de grande gerador de empregos também é um elemento

fundamental no estabelecimento da força política construída pela burguesia agrária ao longo dos anos.

2 CNA: ORIGENS E EVOLUÇÃO POLÍTICA

Originalmente, a CNA era conhecida como Confederação Rural Brasileira (CRB), trilhando um longo percurso até sua institucionalização enquanto representante oficial dos produtores rurais. Nos seus primeiros anos de atuação, a CRB trabalhou para a neutralização da organização independente de trabalhadores do campo e, em seguida, a questão agrária apareceu na agenda de disputas da entidade. Nesse sentido, os tópicos subsequentes tem como intuito discutir a formação da CRB e seu processo de transformação em CNA, assim como seus interesses e posicionamentos históricos.

2.1 ORIGENS DA CNA E A CRISE DE REPRESENTAÇÃO

As primeiras associações de produtores rurais no Brasil começaram a surgir ainda no período da Primeira República (1889-1930), com objetivo de difundir interesses econômico-corporativos para aperfeiçoar a produção agrícola, especialmente com relação ao controle de pragas e raças, e buscar garantir a melhoria de sementes e novas técnicas de cultivo. Segundo Moreira (2018), entre as associações de produtores rurais que organizavam interesses mais amplos, do tipo político ideológico, estavam: "a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que disputaram o modelo de organização dos proprietários rurais no Brasil entre si no começo do século XX" (MOREIRA, 2018, p. 27). A disputa entre as entidades estava relacionada com a divergência a respeito do modo de condução do projeto político ruralista a ser seguido:

De um lado, estavam organizados na SRB grandes proprietários de terra cujo principal interesse era o de proteger e incentivar a produção cafeeira, na época o principal produto de exportação do País. De outro, estavam reunidos na SNA também grandes proprietários de terras, mas com interesses que abrangiam o conjunto das atividades agropecuárias. (MOREIRA, 2018, p. 30)

Nessa perspectiva da SNA de organizar diversos setores da agropecuária para construir um sistema vertical de representação da classe rural, surgiu a ideia de construir uma entidade que representasse exclusivamente os interesses do conjunto do setor rural, considerando que havia profissionais liberais e políticos entre os membros da SNA, sem vínculo com a atividade

agropecuária. Assim, em 1928, a partir de esforços da SNA, houve a primeira tentativa de criar a Confederação Rural Brasileira (CRB) (MOREIRA, 2018).

No entanto, ainda que o intuito da criação da CRB fosse criar uma entidade representativa do setor rural, a SNA, até a década de 1950, seguiu ocupando esse espaço de representação em uma proporção maior que a CRB, que não conseguiu, no período, centralizar a representação da classe rural por conta dos conflitos internos entre produtores e trabalhadores rurais (MOREIRA, 2018).

Em 1939, quando Vargas assinou o decreto-lei que buscava implementar e normatizar a estrutura sindical corporativa de representação para trabalhadores e empregadores, a estrutura sindical corporativa foi adotada pelos setores industriais e comerciais. A SNA, no entanto, foi contrária à medida, alegando que a natureza das atividades agrícolas dificultaria a organização em sindicatos. Em seguida, nessa mesma perspectiva, a Comissão Sindical da Agricultura Brasileira, na qual a SNA ocupava cargos importantes, formulou normas e uma legislação específica para a sindicalização no campo, cujas propostas incluíam, de um lado, a criação separada de sindicatos patronais e de trabalhadores e, de outro, a criação de uma agremiação mista, reunindo proprietários, parceiros, arrendatários e cooperativas agrícolas (MOREIRA, 2018). A proposta que prevaleceu, em 1945 foi a primeira e, em 1951, estabeleceu a criação de uma entidade mista, a Confederação Rural Brasileira (CRB), vinculada ao Ministério da Agricultura. O intuito da Confederação era "auxiliar órgãos do governo federal na elaboração de políticas públicas voltadas para a agricultura e representar oficialmente o conjunto do setor agrícola no Brasil" (MOREIRA, 2018, p. 32).

A criação da CRB não foi consensual entre o setor rural, sofrendo resistência de outras associações patronais, como a SRB, setores da SNA e a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). Segundo as associações, a criação da CRB tinha um modelo centralizador de representação considerado antidemocrático, mas, ainda assim, a SNA obteve êxito na criação da CRB enquanto entidade representativa da "classe rural", incluindo diversos setores do patronato rural e trabalhadores rurais. O intuito, aqui, era impedir a organização independente dos trabalhadores rurais em sindicatos, assim como o projeto de reforma agrária que buscava a redistribuição de terras. No período em questão, o debate sobre a reforma agrária havia ganhado certa visibilidade no cenário nacional, conquistando, conseqüentemente, relevância na agenda da CRB. Na época, a entidade não se declarava contrária à ideia de uma

reforma agrária, mas buscava impor seu modelo, destituído de uma ideologia distributivista. Cabe ressaltar que, na época, os trabalhadores rurais não podiam organizar sindicatos até os anos 1960, devido aos resquícios deixados pela “cidadania regulada” promovida pelo governo Vargas:

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei (Santos, 1979, p. 75, grifos do autor apud Moreira, 2020).

Ou seja, para que o indivíduo fosse reconhecido legalmente enquanto cidadão, era necessário que sua profissão também fosse reconhecida pelo Estado. A impossibilidade dos trabalhadores rurais de organizar sindicatos, nesse sentido, é uma expressão do não reconhecimento do trabalho rural e doméstico enquanto profissões legais pelo Estado, colocando-os enquanto pré-cidadãos e, assim, impondo uma barreira à participação política desses trabalhadores, forçando-os a adquirir uma posição tutelada pelo Estado.

Diante da intensificação do debate a respeito da reforma agrária, houve também uma ampliação das mobilizações de trabalhadores rurais durante o governo de João Goulart, que o induziu a iniciar a elaboração de uma legislação para "regulamentar a estrutura sindical no meio rural em 1962, com a instituição de algumas Portarias, e em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETC)" (MOREIRA, 2018, p. 37). Como mencionado, inicialmente a criação da CRB buscou atuar na neutralização da organização independente de trabalhadores rurais e, por esse motivo, aderiu a uma composição mista, com empregadores e empregados. O problema é que, vivendo numa sociedade onde há luta de classes, os interesses dos empregadores e empregados não podem ser conciliados. Assim, na impossibilidade de conciliar os interesses que a CRB se propôs a representar, até a década de 1950, a SNA seguiu ocupando um espaço de representação do setor rural maior que a CRB, que não conseguiu centralizar a representação do âmbito rural devido aos seus conflitos internos. Por isso, em 1962, a CRB mudou seu posicionamento com relação à organização dos trabalhadores rurais e passou a apoiar a autonomia das agremiações de trabalhadores (MOREIRA, 2018).

Embora a CRB tivesse mudado seu posicionamento, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi elaborado em um período de hostilidade entre a entidade e o governo João Goulart, não contemplando aquilo que era defendido pela entidade. Apesar de a CRB ter apoiado a

autonomia das agremiações de trabalhadores, ela buscava promover, ao mesmo tempo, uma lógica afetiva e de dependência mútua no campo a fim de evitar que os trabalhadores rurais conduzissem uma sindicalização. Para disseminar essa lógica, a CRB, junto com a SNA, criou o Serviço Social Rural (SSR) em 1955, que realizou "o processo de mudança cultural dirigida", que atuava na formação de líderes rurais encarregados a promoverem a sindicalização de trabalhadores rurais e buscava inserir novos modelos de comportamentos entre os trabalhadores rurais, de modo a estimular a aquisição de tecnologias agrícolas" (MOREIRA, 2018, p. 37). Contudo, em 1962, João Goulart adotou medidas que contrariaram a logística da CRB: primeiro, extinguiu o SSR e criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que tinha por intuito estimular a sindicalização rural; depois, no mesmo ano, João Pinheiro Neto, seu ministro do Trabalho, reduziu o número das categorias sindicais dos trabalhadores rurais. A CRB saiu descontente e criticou ambas as medidas. A partir da criação do ETR surgem, em janeiro de 1964, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que aproveitou a estrutura da CRB, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No entanto, apesar de a CNA ter aproveitado a estrutura da CRB, com seu quadro de dirigentes, a CRB tornou-se de fato CNA em 1965 e, apenas em 1974, agregou "pecuária" ao nome, com o objetivo de ampliar a representatividade da entidade e "unificar" os interesses dos setores agrícola e pecuário. (MOREIRA, 2018)

Cabe ressaltar que, por ser derivada da SNA, que possuía forte influência política, a CRB também possuía acesso aos centros de decisão das políticas agrícolas no Brasil, mas passou a desfrutar de um espaço de participação ainda maior após o Golpe de 1964, que contou com o apoio e articulação da CRB. Em 1960, ainda sob o governo Goulart, a Confederação tinha acesso aos centros de decisão, mas com a intensificação da pressão popular pela reforma agrária no período e o viés distributivista contido na reforma, a CRB adotou um comportamento mais incisivo, vindo a apoiar o golpe militar que destituiu João Goulart. (MOREIRA, 2018)

No período da ditadura militar, a CNA, antiga CRB, passou a desfrutar de amplo acesso aos espaços de decisão do governo. Além disso, a entidade também começou a aumentar a quantidade de filiados e de sindicatos e federações vinculadas à estrutura sindical. A questão da reforma agrária, que foi um dos elementos que levou ao rompimento da entidade com o governo Goulart, também passou a apresentar perspectivas favoráveis para a Confederação após o golpe. Para a CNA, a concentração fundiária estava longe de ser um dos principais

problemas no campo, de modo que a política agrícola deveria ser voltada para a inserção de novas técnicas e tecnologias. A demanda de fato foi atendida com o processo de formação dos Complexos Agroindustriais (CAI) e a modernização conservadora.

Como mencionado no capítulo anterior, a partir da década de 1960 o Brasil vivenciou o processo da modernização conservadora, que promoveu significativas mudanças no campo e na propriedade rural, uma vez que iniciou a capitalização das relações de produção do campo com o surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAI). Nesse sentido, a relação que se tinha entre os distintos segmentos que envolviam as atividades no campo para além da agricultura estava contemplada no conceito de CAI. Nesse mesmo período, surgia a ideia de agribusiness nos Estados Unidos, que posteriormente foi traduzida para "agronegócio" no Brasil. O intuito do conceito "agribusiness" era desfazer a percepção de que a agricultura e o ramo dos negócios que a envolve são elementos compartimentados e estabelecer a imagem de "cooperação" entre os segmentos, mas o conceito só veio a ser difundido e ganhar proporção no Brasil na década de 1980, durante a redemocratização. (POMPEIA, 2021)

Embora a criação do CAI tenha estabelecido um conceito de aproximação entre a agricultura e a indústria, sua consolidação fez com que o *lobby* patronal se especializasse nos interesses de cada cadeia produtiva, colocando a indústria no papel de protagonismo antes ocupado pela agricultura. Como consequência da fragmentação desse *lobby*, as entidades representativas dos interesses agrários ficaram fragilizadas, com perda de autonomia em relação ao governo. Uma das alternativas para a situação, passou a ser a utilização do termo agronegócio, indicando a ideia de intersetorialidade e proporcionando às entidades representativas um forte discurso de legitimação enquanto defensoras dos interesses rurais. No entanto, em "A Formação Política do Agronegócio", Caio Pompeia (2021) nos apresenta como o conceito de agronegócio, que coloca uma centralidade na discussão e formulação de uma política para o mercado externo, gera, a partir dos anos 1980, um processo de disputa na representação do campo e, a partir de 1990, promove a reconfiguração da representação da organização patronal.

Conforme os núcleos políticos do agronegócio foram adquirindo um papel de maior destaque nas definições do governo federal, um conjunto de conflitos foram impulsionados na esfera pública, como aqueles relativos à questão agrária, agrícola, ambiental, indígena e do trabalho escravo (POMPEIA, 2021). As disputas em torno desses temas, apesar de antigas e

envolvidas com a agricultura patronal, a partir da ampliação do uso do termo "agronegócio", passaram a ser instrumentalizadas por segmentos progressistas, tirando dos setores patronais o monopólio do uso do termo.

Assim, no início dos anos 1980, quando a ideia de agribusiness começou a ter seu uso ampliado no Brasil, seu conceito entrou em disputa, com acepções positivas e negativas. Conforme mencionado no capítulo anterior, na década de 1980 o Brasil vivenciou um cenário de crise fiscal, reduzindo o orçamento destinado ao crédito rural e incentivos fiscais destinados aos produtores e, com a redemocratização, o tema da questão agrária vinha tomando uma maior proporção. No entanto, como os atores patronais estavam fragmentados, a CNA, impactada por essa compartimentação de representação, ficou bastante fragilizada, especialmente pelo espaço que se deu para a emergência de novas entidades patronais, como a União Democrática Ruralista (UDR), que surge em maio de 1985, impulsionada por esses fatores (POMPEIA, 2021). A UDR, ligada aos pecuaristas, angariou uma ampla representatividade, inclusive em setores mais modernos e produtivos, ao passo que a CNA, fragilizada, teve sua legitimidade abalada perante líderes da agricultura patronal. Segundo Pompeia (2021), o discurso da UDR era mais agressivo, principalmente quanto à defesa da propriedade da terra.

2.2 CNA E A REPRESENTAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Como visto no tópico anterior, a CNA surge num contexto de defesa da propriedade fundiária, de modo que, seu posicionamento contrário a uma reforma agrária distributivista está relacionado a uma demanda histórica de defesa da propriedade privada. A CNA, nesse sentido, está desde sua origem ligada à representação de parcela da burguesia agrária, grandes fazendeiros e produtores rurais, ainda que seja composta por proprietários de terras com perfis heterogêneos.

Por ser a única representante legal do patronato rural em âmbito nacional, a CNA é considerada o órgão máximo de representação do sistema sindical patronal rural, que, segundo Franco, em 2002 era organizado "numa pirâmide que tem na base 1960 sindicatos, espalhados por todo o país e organizados por estados em federações" (FRANCO, 2002, p. 79). No entanto, atualmente, a CNA tem na base 1976 sindicatos, expressando um sutil aumento no leque de representação, que fazem parte das 27 federações que a compõem (CNA, 2022). Por representar

uma ampla gama de produtores rurais, a entidade se encarrega de diversos temas relativos à atividade agropecuária, abrangendo diversos setores da produção, como:

Borracha natural, cacau, café, cana de açúcar, caprinocultura, cereais, fibras e oleaginosas, sisal pecuária de corte, fruticultura, suinocultura, pecuária de leite, problemas da Amazônia Legal, assuntos do Nordeste, assuntos da pequena propriedade, Mercosul, comércio exterior, crédito rural, endividamento, meio ambiente, populações indígenas, relações de trabalho e, por fim, assuntos fundiários. (FRANCO, 2002, p. 80)

Aqui, cabe lembrar que a presente pesquisa tem por hipótese que a CNA, embora represente formalmente o conjunto de empresários cuja riqueza é oriunda de atividades agropecuárias, esse vasto campo de representação formal compreende distintos interesses de classe. Assim, acreditamos que a CNA representa os interesses da burguesia agrária, que, por ser uma fração multifuncional, na qual há distintos agentes do capital, são acomodados interesses amplos. Legalmente, a Confederação pode representar além do que definimos ser a burguesia agrária, como proprietários de terra sem ligação com a produção agrícola e produtores mercantis simples, de modo que "não se pode falar formalmente da CNA como uma organização *apenas* da burguesia agrária: ela é uma organização *também* da burguesia agrária" (FRANCO, 2002, p. 87). No entanto, apesar das definições legais sobre o espaço de atuação da CNA, os documentos analisados no capítulo três indicam que, embora a entidade não seja uma Confederação exclusiva da burguesia agrária, é ela quem, desde sua criação, a CNA tem representado, em especial os setores que se situam da "porteira para dentro" da produção agropecuária global. Por isso, esse tópico tem como intuito desenvolver as principais características da CNA que nos permitem sustentar essa hipótese.

Durante o regime militar, a CNA vivenciou um período de certa tranquilidade com relação à estrutura fundiária que vinha sendo ameaçada com o avanço da discussão pela reforma agrária, uma vez que o tema foi invisibilizado e interdito pelos governos militares. Além disso, com o processo da modernização conservadora, a CNA deixou de se preocupar com investimentos mais voltados para a indústria, já que a indústria e a produção agropecuária passaram a se entrelaçar. No entanto, com o início da redemocratização na década de 1980, o papel de destaque que a agricultura vinha tendo no direcionamento das políticas de Estado passou a ser questionado, especialmente pelo retorno dos movimentos em favor da reforma agrária. Assim, as propostas advindas da "porteira para fora" da burguesia agrária passaram a ser marginalizadas.

Em sua origem, a atuação da CNA se deu de forma dependente e alinhada ao Estado. Contudo, com a mudança no rumo das políticas agrícolas no período da redemocratização e a redução de subsídios e crédito para o setor rural, a entidade se retirou dessa posição submissa, adquirindo uma posição de enfrentamento. Apesar da diversidade da representação da CNA no âmbito dos interesses ruralistas, na década de 1980, a entidade passou por uma crise de representação. Depois do regime militar, período no qual a CNA desfrutou de amplo acesso aos centros de decisão das políticas públicas e teve grande parte de seus interesses atendidos, a entidade enfrentou um momento de crise de representação política com a redemocratização, especialmente pelo surgimento de novas representações patronais no campo e pela ascensão das demandas por reforma agrária, questões ambientais e demarcação de terras indígenas e quilombolas (MOREIRA, 2018). Marcada pela abertura política e pelo processo de redemocratização, a década de 1980 impactou as organizações patronais:

As associações empresariais passaram a combater em “campo aberto” a disputa pela formulação das diretrizes para as políticas públicas, o que requereu o desenvolvimento de novas formas de inserção nas instâncias decisórias do Estado por parte dessas entidades e evidenciou a falta de identidade ideológica do empresariado. (TAVARES, 2011, p. 78 apud MOREIRA, 2018, p. 49).

Assim, com a transição de um governo autoritário para uma democracia, a representação que antes era feita apenas através de organizações sindicais com o Estado, passou a ser feita também por novas organizações da sociedade que foram ganhando espaço de negociação. A crise de representação da CNA, nesse sentido, foi acentuada por três fatores:

A diversificação e especialização dos produtores rurais após quase duas décadas de políticas públicas de incentivo à modernização da agricultura; a crise econômica do início da década de 1980, que reduziu drasticamente os recursos destinados ao crédito rural; e a tensão social da década de 1980 em que surgiram movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e também com a conjuntura de redemocratização e constituinte. (MOREIRA, 2018, p. 49)

A partir de 1987, a CNA passou a tentar recuperar o espaço perdido na representação da burguesia agrária. Neste ano, a diretoria da Confederação elegeu um novo dirigente, após permanecer por 20 anos sob a mesma presidência, alterando o modo de articulação da entidade:

Desde então, a CNA adotou uma nova linha político-organizativa, que procura mobilizar os recursos disponíveis e suas bases e implementar novos métodos e ações. Procurava, dessa maneira, adequar-se à nova conjuntura política nacional e às reivindicações de parcela de seus associados. É nesse momento que vemos sua atuação intensa na Constituinte, ao lado de outras associações, em favor de certas políticas agrícolas e da contenção à amplitude da reforma agrária. (FRANCO, 2002, p. 84)

Segundo Franco (2002), os rumos da Confederação sob uma nova diretoria tiveram como maior novidade o fomento à construção de uma imagem positiva dos produtores rurais de forma geral, além de promover a legitimação da CNA enquanto entidade representativa desses produtores, especialmente na década de 1990. No entanto, é importante destacar, mais uma vez, que mesmo no interior da burguesia agrária representada na CNA há fissuras. Entre os associados do sistema sindical, estão contemplados:

Pessoas físicas e jurídicas, proprietárias e não-proprietárias de terra (parceiros e arrendatários), com extensões de terra e ramos de produção diversos, com posse e/ou uso de terra, capital e força de trabalho assalariada em dimensões muito distintas, com graus de produtividade extremamente variados. (FRANCO, 2002, p. 87)

Essa ampla gama de representação é um dos elementos que confere legitimidade a CNA para falar em nome dos setores patronais das atividades agropecuárias e, hoje, se apresente enquanto a maior entidade representativa do setor agropecuário em âmbito nacional, ainda que, nesse discurso, a Confederação incline-se a ocultar a heterogeneidade dos agentes que representa e a não se pronunciar de modo direto e aberto sobre os interesses que procura dar primazia em suas ações práticas: os interesses dos grandes fazendeiros e produtores rurais.

3 A POSIÇÃO DA CNA NA CONJUNTURA BRASILEIRA DE 2016 A 2022

3.1 O GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF E A POSSE DE MICHEL TEMER

No ano de 2016, a política brasileira vivenciou dois momentos que não podem ser deixados de lado: o golpe contra Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, ambos apoiados publicamente pela CNA. Aqui, cabe contextualizar o momento vivido pela CNA durante o período em questão. Em 2008, Kátia Abreu foi eleita presidente da entidade e se manteve no cargo por seis anos. Em 2014, ela foi reeleita para o triênio de 2014 a 2017. Embora a entidade seja composta por 27 federações estaduais, na eleição que reelegeu Kátia Abreu, apenas 22 representantes de federação votaram e ela obteve 21 dos 22 votos. Em 2015, a ruralista aceitou o convite para assumir o Ministério da Agricultura no governo Dilma e teve seu cargo na entidade ocupado por João Martins, seu vice e, até então, aliado. No entanto, a relação entre eles ficou bastante estremeada devido à quebra do apoio dos ruralistas ao governo em exercício, do qual Abreu fazia parte (FAEC, 2014), pelos motivos que aqui serão abordados.

Desde o fim do primeiro governo Dilma, o Brasil se encontrava em um cenário de forte polarização política, de modo que, apenas três meses após sua reeleição, milhões de pessoas foram às ruas exigir sua saída da presidência. Em 2014, sua vitória nas urnas teve uma vantagem de apenas 3% sobre seu oponente, Aécio Neves, num pleito marcado pela maior polarização regional já vista no país: o Sul e o Sudeste industrializados posicionaram-se contra a reeleição Dilma Rousseff, enquanto o Nordeste lhe deu uma vantagem de 72%. (ANDERSON, 2020). Três meses depois, no entanto, cerca de 2 milhões de pessoas foram às ruas exigir sua saída. Encorajados pelas pesquisas de opinião que mostravam que a popularidade de Dilma já estava em menos de 10% e pela forte campanha midiática contra seu governo, o PSDB de Aécio Neves e seus aliados tomaram medidas no Congresso para promover um processo de impeachment (ANDERSON, 2020).

Nesse sentido, no início do segundo governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores (PT) se encontrava em uma posição delicada não só em termos de perda de popularidade de Dilma, mas também com o Congresso Nacional, especialmente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que estava sendo investigado por corrupção e não obteve os votos de apoio do PT a seu favor no Conselho de Ética que iria avaliar sua cassação. Ainda

sob investigação, Eduardo Cunha decide abrir uma Comissão de impeachment contra Dilma Rousseff, na qual duas acusações foram feitas: a primeira, relativa à emissão de seis decretos de suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso; a segunda, a respeito das "pedaladas fiscais", relativas ao atraso no pagamento dos subsídios agrícolas aos bancos estatais, como o Plano Safra (SENADO, 2016).

Em 29 de abril, quando de fato se iniciaram os trabalhos na Comissão de Impeachment, a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, foi contra seu partido, o PMDB, que havia rompido oficialmente com o governo petista, e se manteve no governo defendendo a integridade de Dilma, o que consolidou, de fato, a rivalidade entre a ruralista e a Confederação Nacional da Agricultura. Seu vice, João Martins, chegou a declarar publicamente que Abreu havia traído os produtores rurais. Consequentemente, houve uma queda na popularidade da Ministra entre os ruralistas, que a fez perder apoio de 26 das 27 federações que compõem a CNA, continuando com apoio apenas da federação do Tocantins, estado pelo qual foi eleita deputada federal e senadora. (CANAL RURAL, 2016)

Apesar de parte das notas oficiais da entidade não se encontrarem mais disponíveis nas redes, o posicionamento da CNA se deu de forma muito explícita com relação ao processo de impeachment de Dilma. Em março de 2016, a CNA já havia se posicionado publicamente em oposição ao governo através de uma nota oficial contra “a irresponsabilidade política e as soluções casuísticas” (CNA, 2016a). Nessa nota, se declarando a “entidade máxima de representação da agropecuária brasileira” (CNA, 2016a), a CNA aponta para uma insatisfação dos produtores rurais com a economia do Brasil, apesar de, ao mesmo tempo, afirmar que o agro segue apresentando crescimento e desempenho superavitário na balança comercial. A entidade ruralista salienta, também, que o governo que até então estava em exercício era parte central dos problemas enfrentados pelo agronegócio, uma vez que o governo “é quem dispõe, com exclusividade, dos instrumentos de política econômica que podem mudar o rumo da economia” (CNA, 2016a).

No mês seguinte, a CNA, também por meio de nota oficial, decidiu declarar apoio ao movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 6 de abril. De acordo com a nota, a crise econômica vivida no Brasil seria fruto de diversos erros de política econômica e colapso fiscal do governo da época. Assim, segundo a publicação, a crise somente poderia ser revertida através da aprovação de reformas pelo Congresso Nacional, mas o

conteúdo dessas reformas não seria ainda especificado precisamente neste contexto. Ademais, nessa nota, a CNA cita também as invasões de terra como um agravante deste processo:

Em recente ato político realizado no Palácio do Planalto, diante da presidente da República, um dirigente da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] defendeu abertamente a invasão de propriedades rurais, incitando a violência como recurso de pressão política. Posteriormente o próprio ministro da Justiça, a quem caberia o resguardo dos direitos fundamentais e da ordem pública, aprovou expressamente as palavras do dirigente sindical, considerando-as uma reação legítima. O governo da presidente Dilma Rousseff dá seguidas mostras de não reconhecer nem compreender a verdadeira natureza dos problemas que aflige o país, nem revela disposição de enfrentá-los. (CNA, 2016b)

Desta forma, fica explícito que, para a entidade, a presidente Dilma não conseguiria atender aos interesses rurais por ser incapaz de levar adiante as reformas e conter os conflitos no campo, em especial aqueles relativos às "invasões de terra".

Pouco depois, em 17 de abril (data da votação da instauração do processo de impeachment na Câmara Federal), a entidade aproveitou para se posicionar não somente a favor dos movimentos pró-impeachment, mas também para de fato se declarar abertamente favorável ao processo, colocando como título da nota "CNA recebe decisão pelo impeachment consciente da sua responsabilidade no processo de reconstrução do país". Na declaração, a CNA ressaltou a problemática da crise econômica e a necessidade de mudança nos Ministérios da Agricultura, do Trabalho, da Justiça e do Meio Ambiente, sob a justificativa de "estarem contaminados por interesses ideológicos retrógrados". A partir disso, aderiram massivamente à hashtag #VamosTirarOBrasilDaLama nas redes sociais, como podemos observar na imagem a seguir:

Imagem 1 - Campanha da CNA pelo Impeachment de Dilma Rousseff



Fonte: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA, 2016)

Ao se referir à lama, a hashtag fazia alusão à corrupção presente na política. Nesse sentido, o discurso utilizado para incitar o processo de Dilma Rousseff muito se assemelhava ao discurso reproduzido pela União Democrática Nacional (UDN), em 1954, que fez uso do lema "mar de lama do Catete", para denunciar supostas práticas de corrupção que inundavam o governo de Getúlio Vargas naquele contexto.

Já em 4 de maio de 2016, uma outra nota foi publicada com teor de crítica ao governo de Dilma em forma de justificativa ao não comparecimento dos representantes da entidade na cerimônia de anúncio do Plano Safra 2016/2017. De acordo com a CNA, ao contrário dos planos elaborados nos anos anteriores, os ruralistas não fizeram parte da elaboração do Plano Safra 2016/2017, além de considerarem o momento de anúncio inoportuno, uma vez que o governo em vigência se encontrava sob processo de impedimento no Senado Federal e, em poucos dias, muito provavelmente a presidente da República seria afastada do exercício do cargo (o que de fato ocorreu no dia 12 de maio), juntamente com seus ministros e auxiliares, precisando ser o Plano Safra ratificado e regulamentado por um próximo governo. Aqui, vale lembrar que o Plano Safra fez parte das acusações que serviram de base para a destituição da presidente do cargo. Mesmo que não tenha de fato existido crime de responsabilidade na

concessão de crédito ao setor do agro, uma das acusações era referente ao dinheiro que subsidiava os empréstimos do Plano, mas que não haviam sido repassados ao Banco do Brasil.

Após a consumação do golpe, com o processo de impeachment concluído em 31 de agosto, outra nota oficial foi publicada, mas desta vez em tom mais otimista sobre os rumos do país, com o intuito de comemorar a destituição da ex-presidente, afirmando que “o Brasil recuperou a esperança de superar a crise” (CNA, 2016d)). Aqui, os ruralistas retomaram o discurso sobre a importância de realizar reformas econômicas e políticas, mas, novamente, sem especificá-las.

As reformas defendidas pela CNA, no entanto, começam a apresentar um conteúdo mais preciso nos meses subsequentes. Dois meses depois, em outubro, a entidade viria a apoiar publicamente a PEC do teto de gastos públicos. Ao lado de mais oito confederações empresariais¹, a CNA assinou um manifesto de apoio à PEC 241, considerando-a “uma revolução fiscal em um país acostumado à ganância do dinheiro público” imprescindível à reestruturação econômica. Além disso, em dezembro de 2016, a CNA divulgou o balanço do agronegócio em 2016 em conjunto com perspectivas do setor para 2017. O balanço, assim como os boletins divulgados regularmente pela entidade, apresenta um caráter mais técnico, demonstrando resultados, participação no PIB e números da balança comercial. No entanto, a parte direcionada às perspectivas para 2017 indica as reformas consideradas fundamentais no período. Entre elas, destacam-se a reforma trabalhista e a previdenciária.

No documento, a reforma trabalhista é apontada como fundamental para que se possa garantir a paz social. Um dos elementos centrais da reforma é a implementação da prevalência do negociado sobre o legislado, na qual os acordos feitos entre empregador e empregado podem valer mais juridicamente do que aquilo que está previsto na lei. Além disso, ao dissertar sobre a reforma, a CNA também aponta que há um problema de insegurança jurídica para os empresários com relação à interpretação que se faz dos termos de “jornada exaustiva” e “condição degradante” enquanto indicadores da condição de trabalho escravo. Para a entidade,

¹ Além da CNA, assinaram o documento a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional das Cooperativas (CENCOOP), a Confederação Nacional da Comunicação Social (CENCS), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a Confederação Nacional de Saúde (CNS), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

esses critérios balizadores deveriam ser revogados, pois "em razão de sua subjetividade, geram margens a interpretações distintas. Não obstante, a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não contempla essas expressões, adotadas exclusivamente no Brasil." (BALANÇO 2016 E PERSPECTIVAS PARA 2017, 2016, p. 193).

Além disso, a Confederação também aponta que a reforma da previdência seria a grande batalha política de 2017. Segundo o documento, a aprovação da reforma da previdência seria apenas a continuidade da regra do teto de gastos, pois, caso não fosse implementada, seria necessário comprimir os demais gastos correntes para compensar os gastos previdenciários. Nesse sentido, a entidade afirmou que "a CNA defende a necessidade do fortalecimento da Previdência, a fim de cumprir seu papel social, bem como preservar a sua saúde financeira. O ideal seria propor medidas que impactam na redução de custo do sistema previdenciário, como melhoria na gestão, idade mínima para aposentadoria e igualdade de gênero." (BALANÇO 2016 E PERSPECTIVAS PARA 2017, 2016, p. 194).

Diante do contexto pós-impeachment e do posicionamento da CNA favorável à destituição de Dilma, de forma coerente com os discursos do ano anterior, a primeira publicação oficial disponível do ano de 2017 também possui caráter de crítica ao último governo petista e de apoio à Michel Temer, uma vez que nela o citam enquanto alguém que "atende ao apelo dos produtores rurais" (CNA, 2017a).

As publicações de 2017, de forma geral, possuem um caráter de apoio à agenda de reformas propostas pelo governo de Michel Temer. O único tema específico da agenda defendido em nota oficial, pelo menos com base no que se encontra disponível, diz respeito à regulamentação da terceirização, a qual consideram "um avanço importante nas relações entre empregadores, trabalhadores e mercado de trabalho" (CNA, 2017b). Discurso o qual, aparentemente, tem uso recorrente quando se trata de mudanças nas relações de trabalho apoiadas pela entidade, sendo o mesmo utilizado no Plano de Estado da CNA de 2018 para defender a reforma trabalhista rural, cuja proposta envolvia o pagamento da força de trabalho em qualquer espécie e a possibilidade de uma jornada de trabalho de até 12 horas.

A lei em questão, sancionada por Temer em 31 de março, libera a terceirização para todas as atividades-fim² das empresas. No entanto, embora o projeto tenha agradado setores do agronegócio representados pela CNA, aparentemente não surtiu o mesmo efeito entre os integrantes do Partido Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), uma vez que, três dias antes da lei entrar em vigor, nove senadores deste partido, o mesmo de Temer, assinaram uma carta pedindo que o texto não fosse sancionado como havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, sob a justificativa de que, caso aprovado em sua forma original, o desemprego poderia se agravar e a arrecadação de impostos, conseqüentemente, seria reduzida. (ESPOSITO, 2017)

Além disso, na mesma direção do apoio à PEC do teto de gastos expresso pela CNA em nota oficial em 2016 e do conteúdo das reformas trabalhista e previdenciária contido no "Balanço de 2016 e Perspectivas para 2017", algumas entrevistas concedidas pelo presidente da entidade, João Martins, em 2017, nos permite concluir que o direcionamento ideológico da CNA conflui para o apoio às políticas adotadas durante a gestão Temer. Entre as reformas propostas por Temer estavam a trabalhista, a reforma da previdência e a PEC do Teto de Gastos (aprovada ainda em 2016), mas algumas reformas, como a da previdência, só foram implementadas após o fim de sua gestão, considerando que, em 2017, Temer foi denunciado duas vezes pela Procuradoria Geral da República (PGR) por envolvimento nos desvios de recursos da Petrobras e obstrução de Justiça, tendo que enfrentar um escândalo de corrupção que o fez perder apoio de parte de sua base aliada, que já era reduzida.

Em 28 de abril de 2017, quando o Brasil vivenciou uma das maiores greves da história do país em oposição às reformas propostas pelo governo Temer, João Martins, durante a ExpoZebu e em entrevista ao Globo Rural, ironizou o movimento ao dizer: "sou produtor rural. Não entendo de greve" (GLOBO RURAL, 2017). Na entrevista, o dirigente evitou comentar sobre a greve, mas afirmou que a reforma trabalhista, um dos principais elementos que influenciaram a paralisação, atende aos anseios do empresariado. No entanto, em setembro do mesmo ano, em entrevista ao Canal Rural, Martins argumentou que a reforma trabalhista fez com que a CNA precisasse provar aos produtores rurais a importância do sistema sindical, uma

² Atividade-fim diz respeito àquela para qual a empresa foi criada, diferente da atividade-meio, cujas funções não estão necessariamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

vez que a reforma pôs fim à obrigatoriedade da contribuição do pagamento da contribuição sindical. (CANAL RURAL, 2017)

Por fim, a última nota publicada em 2017 “lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina (BA)” (CNA, 2017d), exigindo dos órgãos estatais de segurança pública medidas de investigação, uma vez que esse tipo de ação está voltado a “desestabilização do moderno sistema de produção rural que tem servido de sustentação para a economia nacional”.

Nesse sentido, no balanço de 2017, a entidade aponta que o ano de 2017 foi muito positivo para o setor patronal rural, especialmente por conta da aprovação da Reforma Trabalhista. Segundo a CNA, uma das alterações mais relevantes da reforma foi:

Para o setor, uma das mais relevantes alterações foi no §2o, do art. 58, da CLT, que previa o pagamento da hora *in itinere*, quando o empregado usufruísse de transporte fornecido pelo empregador. Com a alteração da reforma, este período deixou de ser remunerado, como também deixou de ser computado como jornada de trabalho, o que certamente trará ganhos em produtividade (BALANÇO 2017, PERSPECTIVAS 2018).

Ademais, a entidade aponta que entre as perspectivas para 2018, espera-se a aprovação da Reforma da Previdência Social e que o setor possa desfrutar de maior segurança jurídica, afirmando que a lei que regula o trabalho rural é ultrapassada e deve ser alterada em 2018, devendo seguir o exemplo da modernização feita com a CLT.

3.2 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E O PLANO DE ESTADO "O FUTURO É AGRO"

Já em 2018, o número de notas oficiais publicadas caiu quase pela metade, com apenas quatro disponíveis no site oficial da CNA. As duas primeiras foram publicadas em 4 de abril, com julgamento do ex e agora atual Presidente Lula. Desta forma, na primeira nota publicada, a CNA pede por “segurança e previsibilidade para o setor continuar produzindo” (CNA, 2018a) ao afirmar que, naquele momento, o Brasil se encontrava em um período de forte impasse político e a marcha dos acontecimentos era de profunda preocupação da entidade enquanto “representação máxima da agropecuária brasileira” (CNA, 2018a). Na segunda nota, também publicada às vésperas do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal STF, do habeas corpus para reavaliação da possibilidade de execução das penas dos condenados em segunda instância,

a CNA manifesta publicamente seu apoio à condenação em segunda instância, sob a justificativa de considerar o movimento mais adequado no combate à corrupção e à impunidade. Assim, os ruralistas argumentam que:

Os produtores rurais representados pela CNA acreditam que a punição de condenados em segundo grau, quando não mais se permite a revisão de provas, é medida que se impõe na construção de um país que valoriza o bem público e incentiva o cumprimento das leis. A demora na execução das penas, que não raro leva a sua prescrição, gera sentimento de impunidade que se espalha por toda a população. (CNA, 2018b)

Além disso, a CNA também defende o posicionamento de que o princípio de presunção de inocência não pode servir como pretexto para evitar a punição imediata dos condenados por duas instâncias judiciais.

Neste sentido, ao comparar o conteúdo das notas publicadas pela CNA de 2016 a 2018, algumas regularidades são facilmente constatadas. O discurso do agro enquanto fator primordial no sucesso da economia e um grande aliado do avanço e da modernização (seja tecnológica, da política ou das relações de trabalho); a defesa da propriedade privada e a constante reivindicação por mais segurança para o agro continuar produzindo, ainda que esta segurança apareça em contextos diversos, são falas frequentemente reiteradas pela entidade. Além disso, nas publicações dos três anos mencionados, a CNA também buscou ressaltar, quando se trata de nota direcionada à nação brasileira, seu caráter de entidade máxima da representação agrária, como se representasse a todas as camadas do agronegócio e produtores rurais enquanto agrupamento homogêneo e de interesses únicos, reforçando sua legitimidade perante à opinião pública. Aqui, no entanto, cabe lembrar, mais uma vez, que o agro enquanto classe de interesses homogêneos não existe, sendo marcado internamente por fracionamentos relacionados às suas diferentes inserções na cadeia produtiva (antes, dentro e depois da porteira), suas escalas de capital e seus vínculos com o sistema econômico internacional.

Devido às eleições de 2018, a CNA promoveu uma sabatina com os presidentiáveis. No evento, a entidade buscou discutir as propostas expressas no Plano Estado intitulado “O Futuro é Agro” e explorar os planos dos candidatos para o agronegócio e o meio ambiente. No entanto, apenas quatro presidentiáveis marcaram presença nesta atividade: Henrique Meirelles (MDB), Álvaro Dias (Podemos), Marina Silva (Rede) e Geraldo Alckmin (PSDB), o único aplaudido durante o evento. Ciro Gomes, que tinha Kátia Abreu, ex-presidente da entidade, como sua vice, não compareceu ao evento, uma vez que a saída de Abreu da presidência da CNA se deu

de forma conturbada; segundo o candidato, o convite da CNA foi o único que recusou durante sua campanha, afirmando que "eles são tudo Bolsonaro, tudo doente, tudo fascista" (CORREIO BRAZILIENSE, 2018). Bolsonaro justificou não estar com a agenda disponível na data do evento e a candidatura de Fernando Haddad pelo PT ainda não havia sido oficializada.

No "O Futuro é Agro", a CNA, em conjunto com outras 14 associações³ de representatividade agrária, lançou um Plano de Estado no qual traça propostas aos presidentiáveis não só para os quatro anos de governo, mas também para os 12 anos seguintes. Com 139 páginas, ele é dividido nos seguintes eixos: 1) Fundamentos, 2) Governança, 3) Mercado, 4) Inovação, 5) Sustentabilidade e 6) Imagem do Agro. Cada um dos eixos busca apresentar as principais demandas do setor aos respectivos temas. No documento, fica evidente que entre as prioridades da entidade estão a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária e a Reforma Política.

³ Além da CNA, também participaram da elaboração do documento as seguintes entidades: Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Associação Brasileira de Criadores (ABC), Associação Brasileira de Criadores Suínos (ABCS), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (ABRAFRUTAS), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL), Conselho Nacional do Café (CNC), Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Imagem 2 - Capa do documento o Futuro é Agro



Fonte: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA, 2018)

A fim de contextualizar as propostas apresentadas no Plano de Estado, o documento intitulado "O Futuro é Agro", em suas primeiras páginas, busca fazer uma breve apresentação do cenário mundial, mais especificamente em tópicos relacionados à produção de alimentos, à insegurança alimentar e como essa produção deve se encaminhar nos próximos anos para superar o problema da fome.

Segundo o documento, estudos realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que, em 2050, estima-se que a população mundial já terá atingido 9 bilhões de habitantes e a produção alimentar precisará de um aumento de 70%. No entanto, também de acordo com a OCDE, alguns países, como os da União Europeia, dificilmente conseguiriam elevar sua produção mais de 12 a 15%, de modo que ao Brasil caberia a responsabilidade de aumentar sua produção em 40%, devido à disponibilidade de terra e tecnologia tropical.

Dessa forma, a CNA aponta que o Brasil pode suprir essa expectativa, mas para que o agronegócio brasileiro seja capaz de atender a demanda de crescimento em 40% da produção de alimentos até 2050, é necessário que haja estabilidade econômica, a qual somente chegará através de reformas consideradas indispensáveis, entre as quais avultam a previdenciária, a política e a tributária. O que se espera de uma reforma política, no entanto, não foi especificado.

Com relação à Reforma da Previdência, a entidade afirma que é de suma importância realizá-la para que haja uma continuidade da agenda de reformas promovidas em 2017, durante o governo Temer. A reforma na Previdência Social, nesse sentido, é colocada como um elemento central a ser “corrigido”:

No campo fiscal, contudo, há um elemento central que ainda precisa ser corrigido, que é grande o suficiente para desestabilizar a promissora recuperação fiscal. Já está claro às lideranças do país que é preciso promover uma reforma na Previdência Social, já que o crescente déficit oriundo dessa conta torna impossível manter a regra de teto do gasto real do poder público. O governo atual propôs rever as regras da Previdência, mas a conturbada situação política impediu que a pauta fosse votada até o momento e essa agenda fundamental para o crescimento estará a cargo do(a) próximo(a) presidente da República. Dessa forma, o divisor de águas que diferencia os cenários de médio prazo será o resultado da Eleição Presidencial de 2018 e a agenda a ser seguida pelo presidente eleito. Caso a pauta seja a continuidade das reformas econômicas, é possível ver um ciclo de recuperação com crescimento do PIB, juros baixos, inflação contida e progressiva melhora da situação fiscal do país. Caso a agenda retome marcos populistas anteriores, é provável que o Brasil siga na direção oposta em relação a todos esses indicadores. (O FUTURO É AGRO, 2018, p.32)

Logo, o posicionamento da CNA em defesa da agenda de reformas iniciada no período pós golpe não só indica sua confluência com uma ideologia liberal, como também a desaprovação do rumo das políticas adotadas durante os governos petistas.

A reforma tributária, todavia, é a que parece ser abordada com maior ênfase no documento, aparecendo em 18 páginas, enquanto a previdenciária aparece em apenas quatro. Em seu conteúdo, considera-se principalmente a simplificação, unificação e redução do número de tributos, isonomia fiscal entre setores do agro, regiões e produtos, além da unificação da alíquota interestadual do ICMS como forma de segurança jurídica; segurança a qual exigem que seja não só para os setores da agropecuária, mas também para a indústria, visto que o agro depende dos fabricantes de insumos e equipamentos, sem que isso signifique protecionismo ou subsídios, vistos como uma ameaça ao liberalismo comercial e ao multilateralismo.

No que diz respeito às questões trabalhistas, pede-se a aprovação da Reforma Trabalhista Rural (a qual possui entre suas alterações a obrigação da dupla visita do auditor

fiscal, a possibilidade de escalas de trabalho aos domingos e feriados, a possibilidade de jornada de trabalho de até 12 horas e a remuneração “de qualquer espécie”) e uma conceituação objetiva do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

Ao lado das reformas, para que haja estabilidade, também apontam a importância de uma inflação e taxa de juros baixas para atrair investimentos, assim como uma taxa de câmbio flutuante com independência do Banco Central, pontuando três principais políticas de investimento: a) pesquisa, desenvolvimento e inovação; b) infraestrutura e logística; c) crédito e seguro rural.

Já no que diz respeito à governança e ao mercado, a CNA aponta um outro desafio a ser vencido: o protecionismo e a força que os discursos nacionalistas têm ganhado nos últimos anos, citando como exemplo o Trump nos Estados Unidos, o Brexit e a disputa entre China e EUA. Por isso, destacam a necessidade do setor de estabelecer novas relações comerciais tendo como objetivo aumentar a integração e a competitividade do agronegócio brasileiro no mundo. Desta forma, defendem o estabelecimento de parcerias estratégicas com a China, EUA e a Aliança do Pacífico, formada por Chile, Peru e México, propondo também uma nova dinâmica para o Mercosul que possibilite uma maior integração do bloco com parceiros externos.

Nesse sentido, enquanto representante da burguesia agrária, as reformas econômicas defendidas pela entidade demonstram uma forte adesão ao liberalismo econômico. Contudo, o documento também nos fornece outros elementos a respeito do posicionamento ideológico da CNA e como sua atuação converge principalmente para a defesa da propriedade privada, de modo que grande parte das problemáticas abordadas no documento buscam abranger o tema dos conflitos no campo devido às “invasões” de terra e à demarcação de terras indígenas. Assim, algumas questões são apontadas enquanto problemas fundamentais a serem solucionados: a migração desenfreada, o aumento da violência no campo com “terrorismo” sem controle, o protecionismo excludente, a falência das organizações multilaterais e a insegurança alimentar, sendo esta última usada enquanto justificativa principal para as propostas de revisão do código florestal.

No tópico “Segurança Jurídica”, a entidade observa a existência de incertezas e conflitos a respeito das questões fundiárias, relacionadas à criminalidade no campo, e das questões

trabalhistas. As alternativas da CNA para resolver os conflitos consistem nas seguintes propostas:

Preservar o direito de propriedade, segurança fundiária e paz no campo; Aplicar a Lei Agrária para coibir as invasões às propriedades privadas; Aprimorar os instrumentos de prevenção de conflitos e de obtenção de terras, especialmente por meio da aquisição de imóveis pelo governo de forma onerosa e consensual, com o estabelecimento de uma reforma agrária que ofereça horizontes de progresso ao assentado com prazos e condições do cumprimento das suas ordens; Criar o marco regulatório das reintegrações de posse, com o objetivo de coibir a prática do crime de esbulho possessório⁴, estabelecendo uma pena maior para a prática desses crimes, bem como garantir à autoridade policial o direito de promover o desforço imediato. (O FUTURO É AGRO, 2018, p. 37)

Ao dissertar sobre a preservação do direito de propriedade, a CNA coloca frequentemente o tópico dos povos tradicionais e indígenas como uma ameaça à essa preservação. Atualmente, no Brasil, segundo o documento “O Futuro é Agro”, a totalidade das fazendas do país com atividades agropecuárias ocupam cerca de 30,2% do território brasileiro, enquanto as terras pertencentes a indígenas, parques nacionais e quilombolas ocupam apenas 13%; 13% os quais, de acordo com a CNA, deveriam ser revisados no Código Florestal, uma vez que as leis atuais impedem que essas terras sejam exploradas, mesmo que, como mencionado pela entidade, seja possível fazer desmatamento legal.

No entanto, ainda que as áreas demarcadas sejam significativamente menores em relação à quantidade de área destinada às atividades agropecuárias, a entidade trata a ampliação de terras demarcadas como um problema. A entidade destaca, inclusive, a necessidade de reestruturação da Funai, com adição de participação de outros entes públicos na deliberação sobre a realização de estudos e a demarcação de terras indígenas, com assessoramento por equipes técnicas multidisciplinares "isentas de ideologia" (O FUTURO É AGRO, 2018). Além disso, os ruralistas sugerem, mesmo que indiretamente, a alteração da cosmologia de vida indígena ao indicar que é necessário "promover a inserção de indígenas no processo produtivo, de modo a superar os principais entraves na produção e comercialização de produtos agrícolas de comunidades indígenas". (O FUTURO É AGRO, 2018, p. 39)

Por fim, o documento também busca ressaltar a importância para o agronegócio dos governantes estarem comprometidos com a consolidação de uma imagem positiva dos setores

⁴ O esbulho possessório diz respeito à perda de um bem de forma ilegal, normalmente de posse tomada através do uso de violência e de forma clandestina.

produtivos tanto no mercado interno, quanto externo. Por isso, a entidade afirma que "é preciso que o Brasil passe a ser reconhecido como um país que desenvolveu uma agricultura baseada na ciência. É por essa agricultura moderna, eficiente, forte e sustentável que o Agro será reconhecido fora e aqui dentro do país" (O FUTURO É AGRO, 2018, p. 133). Essa posição nos indica o porquê do tema da modernização, assim como o frequente apontamento da relevância do setor agropecuário na composição do PIB estarem presentes em quase todos os pronunciamentos da Confederação. É o que os garante legitimidade.

Como mencionado anteriormente, o documento "O Futuro é Agro" serviu como base para a sabatina promovida pela CNA com os presidentes; sabatina da qual Bolsonaro, Haddad e Ciro Gomes não haviam participado. Na época, a ausência dos candidatos foi criticada por João Martins, sugerindo que a não participação demonstrava um descaso com o futuro da agropecuária brasileira. No entanto, ainda que Jair Bolsonaro não tenha participado, conseguiu garantir o apoio da entidade no segundo turno das eleições.

No primeiro turno, a CNA ainda não havia se posicionado favoravelmente a nenhuma das candidaturas de 2018, embora as propostas apresentadas por Alckmin, as únicas aplaudidas na sabatina, tenham, sutilmente, apresentado uma leve inclinação da entidade. No segundo turno, no entanto, com a disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, a CNA, ao lado de mais 27 entidades representativas⁵, divulgou nota oficial afirmando que o setor produtivo

⁵ Assuero Doca Veronez, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC); Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (FAEAL); Luiz Iraçu Guimarães Colares Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá (FAEAP); Muni Lourenço Silva Júnior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA); Humberto Miranda Oliveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB); Flávio Viriato de Saboya Neto, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC); Fernando Cezar Ribeiro, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE/DF); Júlio da Silva Rocha Júnior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (FAES); José Mário Schreiner, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG); Raimundo Coelho de Sousa, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA); Normando Corral, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO); Maurício Koji Saito, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL); Roberto Simões, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Carlos Fernandes Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA); Mário Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA-PB); Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP); Pio Guerra Júnior, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE); Júlio César de Carvalho Lima, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (FAEPI); Rodolfo Tavares, Presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ); José Álvares Vieira, Presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN); Gedeão Silveira Pereira, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL); Hélio Dias de Souza, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON); Silvio Silvestre de Carvalho, Presidente da Federação da Agricultura e

apoiaria a candidatura de Jair Bolsonaro com base naquilo proposto no documento "O Futuro é Agro":

Com base nos referenciais definidos no documento "O Futuro é Agro", os produtores rurais podem avaliar os planos de governo apresentados pelos dois candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Tal avaliação, por um dever de coerência, é que nos leva, na qualidade de lideranças classistas do setor agropecuário, a publicamente manifestar, de modo pessoal, ainda que coletivamente, nosso apoio à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, por entendermos que suas propostas concretas são as que mais diretamente atendem as demandas históricas do setor.

A defesa da legalidade, da iniciativa privada e do direito de propriedade, a preservação da segurança jurídica, o combate à criminalidade no campo, a racionalização do sistema tributário, o reforço da infraestrutura logística para escoamento da produção, a expansão dos mercados internacionais e a compreensão de que o produtor é o protagonista da gestão do espaço rural são questões que demonstram o alinhamento das propostas de Jair Bolsonaro aos anseios da agropecuária brasileira, justificando o apoio ora externado.

Desse modo, expressamos nossa firme crença de que o voto em Jair Bolsonaro é a melhor opção para aqueles que se preocupam com a produção rural brasileira e que ajudam a construir a riqueza que representa 23% do PIB nacional, gerando 32% dos empregos no Brasil. (FAEC, 2018, grifo nosso)

Aqui, mais uma vez, fica evidente a utilização de elementos macroeconômicos, principalmente o PIB, enquanto forma de criar um discurso legitimador. Além disso, cabe também ressaltar que, embora tanto a campanha eleitoral de Haddad quanto a de Bolsonaro tenham abordado o tema do apoio à produção, as campanhas tinham aspectos de divergência significativos com relação aos movimentos sociais no campo, as demarcações de terras indígenas e a estrutura dos ministérios. Enquanto a agenda de Haddad tinha como enfoque os temas da reforma agrária, a regularização de territórios tradicionais historicamente ocupados, o fim da expansão da fronteira agropecuária, a redução do uso de agrotóxicos e a tributação de terra improdutiva ou desmatada, o plano agropecuário elaborado para a gestão Bolsonaro ia na contramão dessas propostas, considerando enquanto feitorias essenciais a manutenção da Lei Kandir⁶, a categorização dos movimentos sem-terra enquanto terrorismo, a flexibilização da posse de armas como forma de defesa dos proprietários rurais dos movimentos sem-terra, a

Pecuária do Estado de Roraima (FAERR); José Zeferino Pedrozo, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC); Fábio de Salles Meirelles, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP); Ivan Apóstolo Sobral, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe (FAESE); Paulo Carneiro, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET).

⁶ Lei que isenta do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços.

reavaliação das multas ambientais aos produtores rurais, consideradas aplicadas "sem critério" e a união dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente (G1, 2018). Essa medida, pode ser associada ao movimento de Temer, após o golpe contra Dilma, no qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mais ligado à agricultura familiar, foi extinto, tornando-se uma secretaria do Ministério da Agricultura.

Assim, para finalizar a análise do ano de 2018 e dar início à análise do ano de 2019, o documento Balanço 2018 e Perspectivas 2019 também nos traz elementos significativos para examinar a posição da entidade acerca das políticas promovidas durante o governo Temer e as expectativas em relação ao governo Bolsonaro, visto que o processo eleitoral já estava finalizado quando o documento foi lançado em 5 de dezembro. No balanço 2018, no quesito das pautas econômicas, a CNA aponta que o governo Temer encerrou seu mandato com grandes conquistas no Congresso, em especial a lei da terceirização, o teto de gastos públicos e a reforma trabalhista. A entidade destaca ainda que "a bancada agropecuária atuou fortemente para essas aprovações". No entanto, a Confederação lamenta a reforma previdenciária e a reforma tributária não terem sido aprovadas no período, indicando que somente não obtiveram êxito pela baixa credibilidade do governo no Congresso e o ano eleitoral (BALANÇO 2018, PERSPECTIVAS 2019)

Nesse sentido, com as eleições concluídas, a composição do Congresso eleito em 2018 passou por uma renovação, com um perfil, de acordo com a CNA, liberal conservador. Dessa forma, a entidade aponta que, como perspectivas para 2019, as principais pautas deveriam ser as reformas previdenciária e tributária, que já haviam sido anunciadas como foco da política do governo Bolsonaro. Por isso, a Confederação cita que "o novo governo contará com a maioria dos congressistas para a aprovação de sua pauta, mas sofrerá oposição forte pelos partidos de esquerda, especialmente pela sua alta rejeição, reflexos remanescentes das eleições" (BALANÇO 2018 PERSPECTIVAS 2019, 2018, p. 2). Além disso, a CNA também retoma no documento outros temas a serem explorados no direcionamento da política agrária que já haviam sido abordados no "O Futuro é Agro", como a desburocratização e a redução da insegurança jurídica, o aumento da segurança pública e a queda da criminalidade no campo, a facilitação do processo de licenciamento ambiental e a modernização da análise de defensivos. No entanto, ainda que alguns elementos do Plano de Estado elaborado pela CNA sejam

retomados nas perspectivas para 2019, o documento Balanço 2018 e Perspectivas 2019, no que diz respeito à política agrícola, indica que o Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019 elaborado pelo governo Bolsonaro se mostrou alinhado às propostas já elaboradas pela entidade, demonstrando sintonia com o setor produtivo.

Considerando os dados coletados, uma coisa fica clara com relação aos representantes do agronegócio brasileiro: a constante tentativa de apropriação de discursos que não os cabem, mas que, com uma certa capacidade de distorção, quase nos convencem, a começar pelo discurso da responsabilidade pelo abastecimento alimentar da população. Soja, milho e cana-de-açúcar são as culturas com maior ganho de área para cultivo entre as atividades desenvolvidas pelos produtores da CNA, produtos os quais não resolvem a tal "insegurança alimentar", uma vez que soja e cana não fazem parte dos alimentos comumente encontrados nos pratos durante as refeições; são *commodities* voltadas à exportação.

Segundo o Censo agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, a agricultura familiar era responsável pela maior parte da produção de diversos alimentos comumente consumidos no Brasil, como feijão (71%), mandioca (83%), milho (46%) e leite de vaca (58%), mesmo que a agricultura familiar ocupasse apenas 24% da área com atividades agropecuárias. Assim, como apontado em uma matéria do site De Olho nos Ruralistas (2023), no segundo mandato do governo Lula, popularizou-se a ideia de que 70% da nossa alimentação tinha origem na agricultura familiar. A CNA, contudo, enquanto entidade representativa da agricultura patronal, encomendou um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), chamado "Quem produz o quê no campo: quanto e onde". Segundo a matéria, o estudo "tem uma metodologia enviesada, que só considera como agricultores familiares aqueles enquadráveis nas normas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). E conclui, basicamente, que a produção familiar gera pouca receita e não é tão importante assim". (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023).

De fato, os censos dos últimos anos demonstram que a participação da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno diminuiu consideravelmente, gerando uma receita menor que em 2006. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a participação da agricultura familiar no abastecimento interno caiu em 9,5%, além de ter sofrido uma redução de 2,2 milhões de postos de trabalho que se enquadrar nessa categoria. Nesse sentido, é válido ressaltar que, embora a participação da agricultura familiar tenha reduzido, isso não significa,

necessariamente, que aqueles que se enquadravam na categoria de produtores familiares passaram a produzir menos ao longo dos anos; e sim que, em boa parte, apenas deixaram de fazer parte dessa categoria, tanto por políticas de apoio à agricultura familiar que, com a possibilidade de acessar novas tecnologias passaram a aumentar a produção e recorrer à força de trabalho fora do espaço familiar, mas, principalmente, pela própria definição do que seria essa categoria de trabalho. A lei que trata do tema é de 2006, mas sofreu alterações nas gestões Temer e Bolsonaro. Sobre isso, segundo De Olho nos Ruralistas (2023):

Para ser considerado como familiar, o agricultor precisa ter uma área de no máximo 4 módulos fiscais (sendo que o módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo do município); utilizar predominantemente mão-de-obra familiar; ter a maior parte da renda familiar originada de atividades vinculadas ao estabelecimento; e dirigir o estabelecimento com a própria família. Alguns grupos não precisam obedecer ao critério de área máxima: extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas podem ocupar áreas com mais de quatro módulos fiscais e seguir classificados como agricultores familiares.

Assim, a alteração na definição do que categoriza a produção familiar pode gerar equívocos na classificação da produção caracterizando enquanto agricultura patronal produtores que, na realidade, fazem parte da agricultura familiar. No Censo 2017, por exemplo, um terço de todos os estabelecimentos não-familiares declararam produzir apenas para o autoconsumo. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023)

Dessa forma, no Brasil, os grandes responsáveis pelo abastecimento da população nacional são os trabalhadores da agricultura familiar, constituída por pequenos produtores rurais, pescadores, silvicultores, assim como assentados de movimentos como o MST, que se destacam pela produção de arroz orgânico, raiz de mandioca, gado de corte e fruticultura, mas são considerados criminosos e terroristas pelo agronegócio por se apropriarem de terras que não têm cumprido sua função social prevista na Constituição. Além disso, a maior parte da produção feita no Brasil pela agricultura patronal não permanece no Brasil, desfavorecendo seu mercado interno. Voltado para a produção de *commodities* e exportação, a preocupação central do agro não é e nunca foi a fome, e sim sua lucratividade, assim como o latifúndio.

Neste sentido, outras críticas também são cabíveis ao discurso modernizador do agro: a demanda por investimento em novas tecnologias de cultivo como o Plantio direto sob um discurso de sustentabilidade e preservação do ambiente enquanto usam de forma abundante agrotóxicos que contaminam o solo; a defesa da revisão do código florestal e da aprovação do marco temporal como forma de negar aos povos originários suas terras para que então possam

ser exploradas; a necessidade de uma formulação precisa do conceito de trabalho em condições análogas à escravidão, dizendo-se contrários a qualquer forma de trabalho escravo, ao mesmo tempo em que representantes dos interesses do agronegócio apresentam propostas como a Reforma Trabalhista Rural, que pressupõe que parte da “modernização” das relações de trabalho permitam o pagamento da força de trabalho possa ocorrer em forma de alimento e moradia, uma vez que seja um “pagamento de qualquer espécie”, em conjunto a uma retirada de direitos.

3.3 DO GOVERNO BOLSONARO ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Ao analisar o ano de 2019, há alguns elementos fundamentais a se considerar, como a posse de Jair Bolsonaro, as figuras polêmicas escolhidas para a ocupação dos ministérios, assim como a dissolução de alguns deles, e as reformas promovidas durante sua gestão, como a Reforma da Previdência. Embora a candidatura de Jair Bolsonaro não tenha sido apoiada pela CNA desde o início das eleições de 2018, a Confederação declarou apoio ao candidato no segundo turno, afirmando que, entre as opções, seu plano de governo e política agrícola se encontravam mais alinhados com os interesses do setor e aquilo previsto no documento "O Futuro é Agro". Aqui, cabe ressaltar que, antes mesmo de a CNA declarar apoio, a campanha eleitoral de Bolsonaro já desfrutava de uma ampla base de apoio dentro do setor agropecuário, em especial de políticos que compunham a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

Esse apoio, em grande medida, estava relacionado à adesão a uma agenda de reformas defendidas por Bolsonaro que já vinha sendo pautada pelo agronegócio desde a posse de Michel Temer, assim como à ampla propaganda antipetista do candidato que já contava com o apoio da CNA desde 2016, quando iniciou-se a movimentação pró-impeachment. Além disso, as propostas políticas de Bolsonaro, como citado no tópico anterior, se encontravam em profunda oposição àquilo defendido pelo Partido dos Trabalhadores, em especial no que se refere à relação amistosa com os movimentos sem-terra e ao discurso de preservação do meio ambiente, temas que contribuíram claramente para o distanciamento e o rompimento de boa parte do setor com o partido e o governo petista.

Nesse sentido, um dos primeiros movimentos da CNA em favor das políticas propostas pelo governo Bolsonaro se deu em janeiro, na defesa do decreto de posse de armas. No dia 30,

a entidade protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido para fazer parte do julgamento da ação que questionava o decreto presidencial que tinha como intuito regulamentar a posse e o registro de armas de fogo no Brasil. A justificativa da CNA, ao apoiar a medida, foi a de que a medida era uma forma de os produtores rurais se protegerem contra a violência no campo, especialmente contra os "furtos e roubos nas propriedades rurais de insumos agropecuários, tais como fertilizantes, máquinas agrícolas e pesticidas, em função de seu alto valor, bem como a ocorrência do crime de abigeato⁷". (CANAL RURAL, 2019)

Além disso, ainda no primeiro ano do governo recém-eleito, a CNA afirmou que "Bolsonaro conseguiu posicionar o Brasil na ONU" ao esclarecer "equivocos" sobre a Amazônia e afastar a ideia de que o governo está contra o agronegócio. O elogio do presidente da CNA, João Martins, à participação de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU se deu, mais especificamente, pelo fato de o discurso ter ressaltado a importância do papel do Brasil na produção mundial de alimentos e na preservação do meio ambiente. Aqui, cabe evidenciar que o papel do Brasil na produção mundial de alimentos e a importância de um governo que buscasse fomentar uma imagem positiva do agronegócio brasileiro internacionalmente é o elemento central trabalhado no "O Futuro é Agro"; as reformas apresentadas no documento são descritas como o meio de se chegar a essa valorização e legitimação do agronegócio. Além disso, o discurso do ex-presidente também dissertou sobre a extinção de demarcação de terras indígenas em seu governo, assim como criticou o socialismo, Cuba e os governos que o antecederam (UOL, 2019).

No entanto, segundo matéria da UOL, grande parte do discurso de Bolsonaro na Assembleia da ONU, em especial as questões relativas ao meio ambiente, era profundamente falacioso. Ainda que a assembleia tenha ocorrido em setembro do seu primeiro ano de mandato, o governo já havia enfrentado diversas polêmicas envolvendo o tema da preservação e sustentabilidade, a começar pela transferência de diversos assuntos da pasta do Ministério do Meio Ambiente que passaram a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura. (LIMA, 2019)

Desde sua campanha, Bolsonaro passou a defender a ideia de pôr fim ao Ministério do Meio Ambiente e torná-lo uma pasta dentro da secretaria do Ministério da Agricultura. No

⁷ Roubo de animais pertencentes a uma propriedade privada rural.

entanto, o ministério foi mantido, dirigido por Ricardo Salles, mas com as funções de identificação e demarcação de terras e o Serviço Florestal Brasileiro transferidos para o Ministério da Agricultura. Além disso, também foi extinto do Ministério do Meio Ambiente a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, de modo que, junto a ela, deixaram de existir o Departamento de Políticas em Mudança do Clima e o Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima. Ademais, cabe destacar que o discurso negacionista do governo Bolsonaro, embora tenha ficado mais evidente em 2020, com a pandemia da Covid-19, já existia desde o início de seu mandato, inclusive na temática ambiental. A exoneração de servidores cuja função era produzir conhecimento científico e informação é um exemplo disso. Em agosto de 2019, após alertar para o aumento do desmatamento na Amazônia, Ricardo Galvão foi exonerado do cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em julho, Bolsonaro já havia criticado o Inpe e declarado que os dados sobre desmatamento eram uma "campanha contra o Brasil" (UOL, 2019). Assim, fica nítida a tentativa do governo de submeter a lógica sustentável e a preservação do meio ambiente aos imperativos predatórios do sistema produtivo.

Aparentemente o maior ganho da CNA com o governo Bolsonaro no ano de 2019 foi a aprovação da Reforma da Previdência, tema que já vinha sendo abordado e exigido pela CNA há quase 4 anos. Em maio, a entidade se encontrou com ele, com mais oito confederações patronais para entregar uma carta de apoio à reforma, explicitando novamente que a reforma previdenciária era considerada pela Confederação indispensável para promover o avanço da economia e conter o rombo fiscal. (CNA, 2019a)

No entanto, embora a CNA tenha elogiado o discurso de Bolsonaro na ONU e estivesse alinhada com suas políticas propostas em 2019, suas manifestações públicas em apoio à figura que ocupava a presidência foram muito mais discretas e reduzidas se comparado ao apoio da entidade ao governo de Temer, que foi, diversas vezes, apresentado pela CNA enquanto alguém que entendia e atendia aos apelos dos produtores rurais. Bolsonaro, nesse sentido, embora tenha sido apresentado enquanto primeira opção de boa parte da bancada ruralista, não foi necessariamente a primeira opção da CNA; somente se tornou uma opção no momento em que se transformou na única alternativa além do Partido dos Trabalhadores, partido cuja desaprovação da entidade já havia se estabelecido desde 2016.

Ainda que a CNA não tenha apresentado de modo explícito sua percepção sobre o primeiro ano do governo Bolsonaro em 2019, seu silêncio não deixa de ser um posicionamento. Mesmo se declarando como entidade apolítica, suas publicações no ano de 2016 nos provam o contrário. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária aderiu ativamente ao movimento em favor do golpe, assim como se preocupou em elogiar publicamente a posse de Temer e as reformas realizadas em sua gestão. Nesse sentido, apesar de a entidade não ter apresentado indícios de que Bolsonaro foi um aliado preferencial nas eleições de 2018, seu silêncio em 2019 demonstra que, ao menos em relação ao primeiro ano de governo, não houve insatisfações significativas, muito provavelmente em função das escolhas do ex-presidente para os Ministérios, uma vez que os ministros escolhidos não estavam supostamente "contaminados por interesses ideológicos retrógrados", assim como a CNA afirmava que os Ministérios do governo Dilma estavam devido à relação com os movimentos de luta pela reforma agrária e demarcação de terras indígenas.

Ao assumir a presidência, Bolsonaro convidou Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente e Tereza Cristina, ex-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ambos muito alinhados com a política antiindígena expressa na fala de Bolsonaro durante a campanha eleitoral: "se eu assumir, índio não terá mais um centímetro de terra". A questão dos conflitos entre o agronegócio é algo que está expresso nas reivindicações da CNA e que se demonstrou um aspecto de relevância no governo Bolsonaro, considerando que sua gestão promoveu abertamente discursos anti-indígenas e antiambientalistas. O poder de policiamento, por exemplo, assim como o poder de intervenção de órgãos do Estado foi publicamente enfraquecido e reduzido:

Madeiros desmataram seletivamente em terras indígenas sem medo da fiscalização, enquanto funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) eram exonerados porque, cumprindo a lei, destruíram maquinário de verdadeiras empresas de garimpagem atuando nas áreas indígenas. Nessas invasões, o desmatamento foi de tal monta que ultrapassou em muito a taxa geral na Amazônia. (CUNHA, p. 14, 2021)

Ademais, o próprio Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio (Funai) ficaram sob o comando de aliados do setor agropecuário. Ricardo Salles, ao assumir o Ministério do Meio Ambiente, afirmou haver um "excesso de demarcações" de terras indígenas e unidades de preservação ambiental (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Além disso, em 2020, durante a pandemia da Covid-19, em vídeo de uma reunião ministerial, Salles disse que o

período pandêmico deveria ser aproveitado para "passar a boiada", ou seja, passar reformas "infralegais", de "simplificação" e "desregulamentação" de leis ambientais enquanto a imprensa estava tratando do novo coronavírus no Brasil (BRASIL DE FATO, 2020). Após a repercussão negativa de sua fala, financiadores da bancada ruralista publicaram um anúncio em "apoio total" ao ex-ministro. A lista, com 88 apoiadores, foi organizada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2020). Assim, ainda que o ministro tenha se envolvido em polêmicas que definitivamente trazem uma imagem negativa e antissustentável ao setor, a CNA continuou dando apoio à gestão dele.

Tereza Cristina, ao contrário de Ricardo Salles, demonstrou sua posição sobre as demarcações de terras indígenas de forma mais implícita. Ao tomar posse do Ministério da Agricultura, defendeu a transferência da demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura, prevista na MP 870/19. Segundo ela, a mudança seria "meramente administrativa, sem nenhum viés" (CÂMARA, 2019). No entanto, em fevereiro, durante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), defendeu a integração de terras indígenas ao agronegócio, através de uma mudança na legislação para facilitar a produção mineral e agrícola nas terras demarcadas (SENADO, 2019). Aqui, cabe lembrar que uma das propostas da CNA no documento "O Futuro é Agro" também sugeria que as terras indígenas deveriam se tornar produtivas e participar do abastecimento alimentar.

Ainda em 2019, a pauta ambiental proposta pelo governo e pela Ministra se tornou um aspecto de divergência entre o agronegócio, causando, dessa vez, cisões no interior do próprio setor. Em setembro, o plenário do Congresso Nacional criou uma comissão para debater a liberação de agrotóxicos e as queimadas na Amazônia. Segundo Tereza Cristina, a aprovação de 31 novos agrotóxicos era técnica e, em governos anteriores, os produtos foram barrados por um "processo ideológico" (CÂMARA, 2019). No Plano de Estado elaborado pela CNA em 2018, a exigência pela liberação de novos agrotóxicos era uma das demandas centrais. No entanto, até mesmo a entidade, em conjunto com outros ruralistas, criticou a liberação de alguns agrotóxicos. A CNA e a Aprosoja, em oposição à medida, enviaram um ofício ao Ministério da Agricultura manifestando "preocupação com o futuro de toda a agricultura brasileira", especialmente com relação ao herbicida produzido pela Monsanto que prejudica várias culturas, funcionando apenas em uma variedade da soja vendida pela própria empresa. Além disso, o produto é muito volátil, ou seja, evapora e se espalha com facilidade para outras lavouras. A

ex-presidente da CNA, Kátia Abreu, foi uma das ruralistas que se posicionou contrária às medidas propostas pelo governo:

Os produtores estão enganados. Os produtores estão alegres hoje e poderão chorar amanhã. Temos o agro que produz na roça, que apoia o Bolsonaro. Mas o agro tem outras cadeias: a produção de insumos (adubos, fertilizantes e agroquímicos), o processamento (frigoríficos, esmagadores de soja e industrialização) e os transportadores. Esses três últimos estão desesperados, porque quem vai bater na porta com a cara e a coragem para vender são eles. Isso é tudo agronegócio também. (OHANA, 2019)

No entanto, em oposição à declaração da ex-ministra, o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Marcelo Vieira, elogiou as decisões do governo.

Outro marco de 2019 para o agronegócio foi a Medida Provisória assinada pelo presidente da República, autorizando a regularização fundiária. De acordo com o presidente da CNA, a medida iria beneficiar, principalmente, os pequenos produtores rurais do Brasil: “Nós temos centenas de milhares de pequenos produtores no Brasil, muitos deles de assentamentos, que não tinham oportunidade de pegar recursos e não eram donos de onde estavam produzindo. Essa medida é para beneficiar o pequeno produtor” (CNA, 2019). No Plano de Estado lançado pela CNA em 2018, a regularização fundiária em área rural aparecia, inclusive, enquanto uma das exigências da entidade para que a segurança jurídica, entendendo-a enquanto um aparato normativo que ampliava a previsibilidade da atuação do Estado, fosse efetiva.

Ainda no governo Bolsonaro, a MP se transformou no programa Titula Brasil. Buscando promover a regularização fundiária, o programa autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a repassar aos municípios o dever de coleta de documentos necessários para o processo de titulação por meio de um aplicativo como meio de transmissão dos documentos ao Incra. No entanto, com a possibilidade de cadastros individuais de propriedades em terras públicas, a demarcação de terras fica ameaçada. Além disso, o programa termina dificultando a ocupação de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, uma vez que uma das pautas do programa é o aumento da tolerância para não cumprimento da função social da terra, estimulando o aumento da violência no campo e facilitando os processos de grilagem graças ao poder de pressão dos latifundiários nos municípios. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022)

No balanço de 2019, a entidade também retomou a discussão de algumas reformas que já havia pautado enquanto fundamentais. Com relação à reforma tributária, por exemplo, a CNA

argumentou que, da forma que estava sendo apresentada no Congresso Nacional, a margem de lucro dos produtores rurais seria reduzida em 54%, uma vez que na proposta, considerava-se a ampliação da carga tributária do setor. Contudo, com relação à política agrícola, a Confederação aponta que houve diversas conquistas para o agro, a começar pelo estímulo ao financiamento privado, além da disponibilização de volumes maiores de recursos para o ano safra 2019-2020, com 0,74% de reais a mais do que no ano anterior. Além disso, a CNA também tratou como uma conquista do setor a aprovação da MP que garante a transferência da competência para identificação e demarcação de terras indígenas da FUNAI para o MAPA. Já com relação às perspectivas para o ano seguinte, o documento se apresenta de modo diferente dos elaborados nos anos anteriores, sendo pouco voltado às perspectivas políticas e com um enfoque maior nos programas elaborados pela própria CNA (BALANÇO 2019, PERSPECTIVAS 2020).

No entanto, em 2020, algumas fissuras entre a entidade e o governo começaram a aparecer. No contexto da pandemia da COVID-19, nos dois primeiros meses, de acordo com a CNA, enquanto a China enfrentava seu pico de contaminação por coronavírus e um surto de Peste Suína Africana (PSA), os produtos agropecuários brasileiros tiveram aumento em sua demanda, principalmente de proteína animal, sendo um dos poucos setores não afetados pela pandemia. Embora os primeiros meses da crise sanitária tenham gerado um impacto positivo para o agro no quesito da exportação de carne (ao mesmo tempo que o consumo de carne no Brasil alcançou o menor índice em 16 anos), visto que as exportações paranaenses à China aumentaram 78,1% em relação ao mesmo período em 2019, as exportações de soja e produtos florestais encolheram consideravelmente. Ainda assim, o faturamento geral do agronegócio se manteve estável, uma vez que os produtos exportados são negociados em dólar, cuja cotação se encontrava em alta no Brasil. (CNA, 2020a)

Contudo, como se sabe, embora a pandemia da Covid-19 tenha sido difícil de se combater em todos os países do mundo, o Brasil passou por um processo ainda mais complexo no combate ao vírus devido à falta de interesse do governo federal em garantir a segurança dos cidadãos através da adoção de políticas de isolamento social, assim como buscou promover, massivamente, o discurso negacionista com relação à crise sanitária. Em 2020, ao descredibilizar a ciência, Bolsonaro sugeriu que, caso vacinas contra o coronavírus fossem desenvolvidas, ele não as tomaria, e os cidadãos também não deveriam fazê-lo. Além disso, incentivou a automedicação para o tratamento de covid com remédios sem comprovação

científica dos efeitos contra a doença e, ao mesmo tempo, passou a culpabilizar a China pela disseminação do vírus, insinuando que o contágio foi proposital. Cabe destacar que a CNA não aderiu completamente ao discurso negacionista e solicitou que produtores rurais tivessem prioridade na vacinação contra a Covid-19, mas se posicionou contrária ao isolamento social.

O problema, no entanto, é que, para além dos prejuízos coletivos que Bolsonaro proporcionou ao Brasil durante a pandemia, há uma relação comercial muito significativa no Brasil entre os produtores rurais e compradores chineses que terminou prejudicada pela disseminação constante de *fake news* contra a China. Em novembro de 2020, a embaixada da China em Brasília reagiu à acusação de Eduardo Bolsonaro, deputado e filho do presidente, de que os chineses estariam praticando espionagem por meio da tecnologia de rede 5G. No dia seguinte, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, repreendeu o embaixador chinês, afirmando que sua reação foi desproporcional, gerando um conflito diplomático entre o Brasil e um dos principais países importadores do agronegócio brasileiro. A respeito do acontecido, João Martins declarou que o Brasil “não pode ter ideologia nem bandeira no comércio exterior. Exportamos para mais de 170 países. Não são os Estados Unidos que vão determinar o que produzimos ou para quem vamos vender” (AGROemDIA, 2020). Além disso, afirmou que seu relacionamento no governo é com a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e seu relacionamento com Bolsonaro é estritamente profissional, de modo que “a CNA procura sempre se afastar de ideologia. Somos produtores rurais e precisamos exportar o que produzimos, o consumo interno não é suficiente. É mercado, quem paga melhor, quem quer vender produto.” (AGROemDIA, 2020)

Além da China, a Arábia Saudita também foi essencial nas vendas dos fornecedores brasileiros durante a pandemia, com aumento de demanda para suprir seu mercado interno, visto que o Brasil é o maior produtor de aves com certificado Halal, garantindo os requisitos islâmicos. Assim como a China, a Arábia Saudita também participou de conflitos diplomáticos com o governo Bolsonaro. Em 2019, Bolsonaro fez uma visita a Israel no início de abril e anunciou a abertura de um escritório em Jerusalém e ignorou o convite da embaixada Palestina no Brasil para que locais palestinos também fossem visitados. Consequentemente, houve reações políticas e comerciais nos países islâmicos, principais importadores de aves congeladas do Brasil. A situação foi contornada após um jantar na sede da CNA entre 40 embaixadores de países islâmicos, Jair Bolsonaro e a ministra da Agricultura Tereza Cristina. (DIANNI, 2019)

Em 2021, após ser reeleito Presidente da CNA por unanimidade, João Martins declarou que o apoio do agro a Bolsonaro foi apenas “questão de momento”. De acordo com matéria publicada pelo Uol, o racha entre a entidade e o governo veio logo após a divulgação de dados feita pelo IBGE demonstrando que o setor agropecuário teve queda de 8% no terceiro trimestre de 2021, gerando uma queda de 0,1% do PIB, além do recuo das exportações. Foi o maior tomo trimestral do setor desde o primeiro trimestre de 2012, no qual houve uma queda de 19,6%. Segundo Martins, o governo Bolsonaro passou a apresentar diversos problemas no atendimento das reivindicações do setor rural. (UOL, 2021)

Pouco tempo depois, foi anunciado pelo governo o Plano Safra com mais recursos e alta dos juros. No total, foram disponibilizados R\$ 251,2 bilhões para 2021/2022, com aumento de 14% em relação ao plano anterior, enquanto as verbas destinadas aos sem-terra e a melhoria de assentamentos foi praticamente reduzida a zero.

Por fim, no ano de 2022, diante de uma nova eleição presidencial, a CNA elaborou um novo documento semelhante ao "O Futuro é Agro", dessa vez intitulado "O que esperamos dos próximos governantes?". Ambos tratam praticamente das mesmas temáticas, excluindo do segundo documento apenas as demandas que já haviam sido atendidas pelos governos que procederam a publicação do documento de 2018, como a reforma previdenciária. No entanto, a lógica discursiva se mantém: a parte introdutória e o primeiro tópico apresentam a importância do setor agropecuário e a necessidade de expandir as áreas produtivas no Brasil para que o agronegócio brasileiro seja capaz de contornar a insegurança alimentar no mundo; o segundo tópico, que trata das propostas de desenvolvimento econômico, busca discutir e apresentar o que a entidade espera de uma reforma política, de uma reforma administrativa, de uma reforma tributária e da política agrícola; o terceiro tópico trata dos temas relativos ao desenvolvimento social, como saúde, educação, emprego e segurança pública; e, por fim, o quarto e último tópico tem como título o desenvolvimento sustentável, tratando de aspectos da segurança ambiental, da regularização fundiária, dos compromissos internacionais do agronegócio e a economia verde.

Imagem 3 - Capa do documento "O que esperamos dos próximos governantes?"



Fonte: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA, 2022)

Nesse sentido, o documento deixa claro que, dentro da articulação política feita pela entidade, há um elemento constante: a repetição e reafirmação dos mesmos discursos, ano após ano. Apesar de o documento de 2022 se apresentar de uma forma mais enxuta, com um volume menor de páginas e um enfoque mais direto nas propostas que esperam que sejam consideradas pelos presidentes, a lógica e o discurso por trás seguem sendo os mesmos, parecendo-se como uma espécie de receita. A receita para construir e solidificar a credibilidade e importância do agro, pelo menos para a CNA, segue os seguintes passos: em primeiro lugar, é apresentado um problema de grande magnitude a ser resolvido - no caso da CNA, a insegurança alimentar; em segundo lugar, busca-se demonstrar que, embora o problema seja grande, sua magnitude não significa complexidade, e o setor agropecuário está disposto e, convenientemente, tem certeza de que consegue resolver o problema; o terceiro passo, no entanto, consiste em demonstrar que, embora o setor consiga resolver a situação, assim como nas histórias de super-herói, há sempre um vilão que o impede de salvar o mundo e, no caso dos documentos da CNA, o vilão está sempre atacando à medida que suas demandas não são atendidas pela política do Estado. Por fim, o último passo é elencar quais políticas são fundamentais para que o setor consiga produzir mais e com segurança, de modo que essas políticas sempre vêm acompanhadas de um discurso propondo que, se as demandas do agronegócio não forem atendidas, tampouco serão as da sociedade, pois, uma vez que aqueles responsáveis pelas atividades agropecuárias

se colocam enquanto a base da economia e da produção alimentar, também se colocam enquanto elemento base da vida social.

Assim, é importante se atentar àquilo que o setor tem considerado fundamental. Embora o tema da reforma política tenha sido mencionado no "O Futuro é Agro" em 2018, seu conteúdo não aparece no documento; no entanto, aparece no conteúdo do texto de: "O que esperamos dos próximos governantes?". A reforma política proposta pela entidade consiste numa reformulação do sistema eleitoral. De acordo com a CNA, o sistema proporcional brasileiro vai contra os ideais democráticos, inviabilizando o envolvimento do povo com a política, uma vez que, supostamente, não se identificam com o Parlamento eleito. Nesse sentido, acreditam que o sistema eleitoral deveria adotar o sistema distrital para a escolha de deputados. Além disso, embora defendam a livre criação de partidos, os ruralistas acreditam que o financiamento público de campanhas e a exigência de um valor mínimo de investimento em campanhas devem ser extinguidos.

Com relação à reforma administrativa, uma das principais propostas é a revisão da estabilidade de servidores públicos e a possibilidade de que Estados e municípios tenham autonomia suficiente para implementar reformas administrativas de forma isolada e independente. Por fim, com relação à reforma tributária, a entidade apresenta às seguintes propostas:

- a) Manter a carga tributária global, eventuais deslocamentos de cargas entre os setores econômicos devem ser compensados com a revisão de tributos incidentes sobre outras bases;
- b) Criar alíquotas diferenciadas para produtos básicos à população, a exemplo de outros países que se utilizam do modelo do IVA, a partir do qual os produtos básicos (alimentos, medicamentos e serviços básicos) não são tributados com a alíquota-padrão. Faz-se necessário também que pessoas físicas não sejam contribuintes diretas do tributo;
- c) Garantir que as faixas da tabela progressiva do Imposto de Renda sejam atualizadas anualmente pelo índice da inflação;
- d) Garantir que os valores dos bens imóveis declarados no Imposto de Renda possam ser atualizados anualmente pelo índice da inflação;
- e) Promover uma reforma do ITR, no sentido de impedir a atual discricionariedade da mensuração do Valor de Terra Nua Tributável (VTN) por parte de algumas prefeituras. O objetivo é garantir segurança jurídica aos contribuintes e ao fisco;
- f) Garantir devolução rápida e eficaz de créditos tributários acumulados, ainda durante o período de transição entre os modelos atual e novo, que os créditos atuais sejam compensados a fim de assegurar de forma efetiva, o direito do contribuinte;
- g) Cobrar um único Imposto Seletivo sobre produtos com externalidades negativas, nunca em produtos que são insumos para a produção;
- h) Redimensionar as alíquotas do IRPJ e CSLL, a fim de assegurar incidência equivalente aos demais países no mundo;
- i) Reformar a incidência do IPVA, com visão de progressividade tributária, veículos utilizados para a produção de bens ou serviços, transportes de mercadorias ou transporte coletivo de pessoas devem possuir

uma tributação favorecida quando comparada à incidência sobre veículos de luxo. (O QUE ESPERAMOS DOS PRÓXIMOS GOVERNANTES?, 2022, p. 42)

Além do conteúdo das reformas, a principal demanda da entidade é que o próximo governante esteja comprometido com a imagem do agronegócio enquanto fornecedor confiável de alimentos com produção sustentável e seu fortalecimento tanto no mercado interno, quanto no mercado internacional. Essa demanda, inclusive, pode ser considerada um dos motivos da dificuldade de conciliação entre o setor agropecuário e a campanha de Lula, que, mais de uma vez, criticou o setor pelo envolvimento exploratório e sem consciência com o meio ambiente. No documento destinado aos presidenciáveis há também uma forte crítica e preocupação com o protecionismo. Por fim, assim como no Plano de Estado, a regularização fundiária aparece enquanto demanda para que seja promovida a segurança jurídica, principalmente no quesito relativo à demarcação de terras indígenas e a ocupação de terras. Nesse sentido, as principais propostas são relativas à aprovação do estabelecimento do Marco temporal e ao aumento da rapidez no pagamento da indenização aos produtores rurais no caso de demarcações.

Embora a CNA e o governo Bolsonaro tenham apresentado algumas divergências, durante as eleições presidenciais, a entidade, enquanto órgão representativo do setor agropecuário, se manteve ao lado do candidato e fazendo forte oposição à campanha de Lula. Em abril, inclusive, manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), protestaram em frente à sede da CNA a fim de denunciar a aliança entre o agro e o governo bolsonarista. O movimento fez parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária. A ação também teve como intuito denunciar o modo de funcionamento do agronegócio brasileiro, cujos lucros seguiam exorbitantes enquanto o mercado interno sofria com a alta dos preços. (MST, 2022)

Durante as eleições, a Federação da Agricultura do Estado do Ceará (FAEC), filiada à CNA, divulgou uma nota de repúdio ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, após, em entrevista ao Jornal Nacional, chamar o agronegócio brasileiro de fascista. Na nota, a FAEC criticou a fala do atual presidente e sua relação com os movimentos de sem-terra, afirmando que:

Durante a crise da Covid, o Agronegócio brasileiro não parou, produzindo frutas, hortaliças, grãos, carne, leite, garantindo alimento para o Brasil e para boa parte do mundo. Fez isso apesar dos delinquentes que invadem terras e atrapalham quem verdadeiramente produz e gera crescimento para o País. Delinquentes estes, aliás, que contam com o apoio do candidato. (FAEC, 2022)

A nota também inclui assinatura de João Martins, presidente da CNA, que afirmou durante o Encontro Nacional do Agro que “não há mais espaço neste País para uma equipe corrupta e incompetente. E muito menos para o retorno de um candidato que foi processado e preso como ladrão” (FAEC, 2022). Após a vitória de Lula, no entanto, a entidade voltou a falar em diálogo com o governo petista, pedindo ao governo que não seja tolerante com invasões de terra. (CNA, 2022)

Durante o período eleitoral de 2022, a CNA não realizou uma sabatina com os presidenciáveis como havia feito em 2018. No entanto, o Canal Rural buscou, além de cobrir as eleições, evidenciar as expectativas e preocupações do setor rural. Segundo entrevista realizada pelo Canal com Renato Conchon, coordenador do núcleo econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a expectativa de crescimento do setor para 2022 era incerta, e provavelmente, seria modesta se comparada a 2021, dado a crise fiscal, o ano eleitoral e o aumento dos custos de produção. (CANAL RURAL, 2021a)

Neste sentido, a CNA, ainda em 2021, elaborou um documento, entregue à ministra Tereza Cristina, com 10 propostas para o planejamento do Plano Safra 2021/2022, evidenciando as demandas prioritárias do setor. De modo geral, as propostas consistem em um maior fornecimento de crédito, a transparência nas exigências das instituições financeiras para o fornecimento de recursos e crédito, aumento do limite de renda para acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e apoio a derrubada dos vetos presidenciais à Lei 14.130/202, pois "inviabilizam os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), ao conferir tratamento tributário diferente em relação aos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), que contam com regime especial de tributação previsto pela Lei 8.668/1993 (alterada pela Lei 8.894/1994)" (CANAL RURAL, 2021b).

Parte da exigência pela concessão de créditos está relacionada ao descontentamento da entidade com a decisão da Secretaria do Tesouro Nacional em suspender créditos da Safra 2020/2021. A medida foi contestada não só pela CNA, mas também por outras entidades do setor produtivo, como a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato-Grosso (Aprosoja-MT), cujo presidente, Fernando Cadore, disse que "a ação não deveria ter ocorrido sem um diálogo com o setor produtivo" e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato-Grosso (Famato). Para Fernandes Schwantes, assessora técnica de Política Agrícola da CNA, essa medida poderia gerar dois tipos de impactos:

Um é que com os altos custos de produção desta safra em relação à safra passada, fica difícil para os pequenos e médios produtores acessarem recursos de pré-custeio, porque o principal canal que eles têm de acesso ao crédito é por meio das instituições financeiras. Isso também gera muita expectativa em relação a quais serão as condições de volume de recursos e taxa de juros da safra 21/22. (CANAL RURAL, 2021b).

No ano de 2022, o cenário de insatisfação com a falta de recursos para o setor se manteve. De acordo com o comentarista do Canal Rural, Glauber Silveira, a atuação do Senado (no período, os partidos com mais representantes no Senado eram o MDB e, em segundo lugar, PSDB) nas pautas do agro em 2022 foi uma "vergonha total" (CANAL RURAL, 2022). Para ele, embora as pautas propostas por entidades como a CNA, Abramilho e Aprosoja tenham conseguido algum avanço na Câmara dos Deputados (no período, os partidos com as maiores bancadas eram o PT e, em segundo lugar, o PSL), o mesmo não acontece quando as propostas chegam no Senado Federal, embora existisse um pré-acordo.

No entanto, de acordo com Alexandre Garcia, comentarista do Canal Rural, o resultado das urnas para deputado e senador nas eleições de 2022 foi positivo para o agronegócio, alterando o cenário:

Nunca o agro teve uma bancada tão grande de gente oriunda do agro e de gente favorável, apoiadora do agro, na Câmara e Senado. Resultado, talvez, do estímulo dado pelas pesquisas que mostravam o presidente [Jair Bolsonaro] com números bem baixos e ele fez uma campanha que criou maioria para ele na Câmara e no Senado. Dentro dessa maioria, uma maioria para o agro também, com grande número de integrantes da bancada ruralista reeleitos e novos, principalmente novos aguerridos, vozes fortes, que vão agora para a Câmara e o Senado, resultado dessa campanha toda do presidente, embora ele tenha recebido menos votos que em 2018 nas regiões centro-oeste, sudeste e região sul. Ainda assim, elegeu uma bancada forte, que, como nunca, pode dar apoio ao seu governo nos próximos quatro anos. Uma bancada capaz, havendo afinidade entre governo e legislativo, capaz de fazer todas as reformas e mudanças na legislação de interesse no agro. Uma oportunidade sem par. Tudo isso vai depender do segundo turno no dia 30 de outubro, da eleição presencial (CANAL RURAL, 2022)

O problema dessa previsão para o governo Bolsonaro, contudo, é que, embora o PL - partido que mais teve candidaturas ligadas ao agro - tenha formado a maior bancada da Câmara, Lula saiu vitorioso da eleição presidencial. Durante as campanhas, o Canal Rural se propôs a entrevistar os candidatos a respeito de suas propostas para o agronegócio, mas somente Ciro Gomes e Lula compareceram; Bolsonaro confirmou participação, mas nunca marcou uma data. Na entrevista com o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, o até então candidato foi questionado sobre invasões de terra, sua relação com o MST, propostas para a segurança do homem do campo (principalmente relacionado à questão do porte de armas), o rompimento do

teto de gastos, a PL do marco temporal e sua declaração no Jornal Nacional, na qual chamou parte do agronegócio de fascista.

Considerando os posicionamentos dos entrevistadores, é perceptível a discordância entre os temas, exceto pela questão da segurança no campo, que pareceu contornada, tendo em vista que Lula afirmou que, embora seja contra o porte de armas no ambiente urbano, porque a maioria das pessoas nem sequer sabem manusear uma arma, ele concorda que um fazendeiro deve ter como se defender em sua propriedade e que, seu pai, inclusive, possuía uma arma por morar em um local mais isolado (CANAL RURAL, 2022).

No entanto, os entrevistadores discordaram da legalidade das ocupações de terra, mesmo que tenham sido determinadas improdutivas pelo Incra, enquanto não estivessem sob posse do Estado. Além disso, sobre a PL do marco temporal, afirmaram que os indígenas já possuem 14% de terras demarcadas, como se fosse muito, e que o setor do agro é quem necessita de mais áreas produtivas.

Apesar das discordâncias, de acordo com o deputado federal Alceu Moreira, membro e ex-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), no período pós-eleição as pautas do agronegócio se tornaram foco dos parlamentares. Em entrevista ao Canal Rural, ao ser questionado sobre a relação entre a FPA e o novo governo, disse:

O agronegócio brasileiro, nos últimos anos, tem se construído por si só. A participação do governo é muito mais no sentido de não atrapalhar o agro, do que propriamente de ajudar. O agro está na casa de 1,5 trilhões de reais, enquanto o financiamento do governo chega a 360 bi. Isso demonstra que nós estamos nos descolando, e agora, mais do que nunca, com o Fiagro [Fundos de investimento do Agronegócio], que é um novo modelo de financiamento, estamos cada dia mais independentes. Nós temos uma escalada futura e, se tivermos no próximo governo qualquer tipo de interrupção, principalmente na questão fiscal, se o governo achar que a fonte de arrecadação a ser aumentada no tributo nacional é o agro, ele tira de nós a capacidade competitiva e atrofia nossa capacidade de financiamento, nossa efetividade. Certamente teremos problemas de competitividade nacional. Então, tudo que se deseja, é que não tenhamos um governo intervencionista, alguém que queira buscar fonte de financiamento para seus 40 ministérios tirando do agro sua capacidade competitiva. A segunda pauta é sobre como vamos trabalhar a pauta de ser nacionalistas num mundo globalizado. Não podemos continuar fazendo contratos de produção de alimentos para o mundo ao mesmo tempo que temos 94 chips de computador que precisamos pra fazer funcionar tudo que se move nas propriedades fabricado em Taiwan. Não necessariamente precisamos ter a produção aqui, mas precisamos ter a capacidade produtiva, porque, se a China "puser o pé" em cima de Taiwan, precisamos poder produzir. No fundo, o Brasil precisa aprofundar uma pauta que o torne cada vez mais independente na produção de alimentos (CANAL RURAL, 2022b)

Vale ressaltar que, durante o período em que ocupou a presidência da FPA, Alceu Moreira nutria uma parceria com a CNA. Durante a cerimônia de posse de sua diretoria, afirmou que a CNA era uma irmã que vinha ajudando muito a FPA graças à sua estrutura funcional qualificadíssima (CNA, 2019). Sobre sua relação com o governo, o presidente da CNA já havia declarado que não havia mais espaço no Brasil para um candidato que já havia sido preso, no entanto, após a vitória de Lula, publicaram uma nota garantindo que estão abertos ao diálogo e a cooperação com a atual gestão, mas que esperam um governo que defenda os produtores das invasões de terra e sem muita regulação estatal (CNA, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os documentos que a pesquisa se propôs a analisar, é possível concluir que, na mesma lógica de quando foi criada, a defesa da propriedade privada segue sendo um elemento central a ser considerado na articulação feita pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária enquanto representante da burguesia agrária na conjuntura recente. Nos documentos analisados que abrangem o recorte de tempo aqui abordado, de 2016 a 2022, a defesa da propriedade se expressa através dos principais posicionamentos adotados pela entidade e as propostas colocadas como essenciais pela CNA, como o apoio ao Golpe contra Dilma Rousseff, o apoio à posse de Michel Temer e o conteúdo das reformas políticas executadas durante seu governo, o apoio à Reforma Trabalhista, à Reforma da Previdência, à Reforma tributária e a candidatura de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 e primeiro turno das eleições de 2022, acompanhadas de um discurso de apelo pela segurança da propriedade e produtores rurais, que aparece em praticamente todos os posicionamentos adotados pela entidade, seja por meio de nota oficial, dos balanços e perspectivas ou planos de Estado elaborados. Ao constatar nesses documentos a defesa do impeachment contra Dilma Rousseff, o apoio a posse de Temer e à PEC do teto de gastos, à reforma previdenciária e à reforma trabalhista, fica perceptível a adesão da entidade a uma ideologia neoliberal e um padrão no modo de articulação da CNA enquanto entidade representativa: todos esses posicionamentos vêm acompanhados da justificativa de que, num país onde a atividade agropecuária corresponde a uma significativa parte do PIB nacional, os produtores rurais e grandes proprietários de terra precisam ter suas propriedades asseguradas, especialmente contra as "invasões" e demarcações de terras tradicionais e indígenas. Essa preocupação é o que possivelmente fez com que a entidade promovesse uma articulação que garantiu concessões ao setor agropecuário com o governo Bolsonaro e o apoiasse nas eleições de 2022, ainda que ele não tenha sido um candidato preferencial para a CNA nas eleições de 2018. Apesar da declaração do presidente da Confederação, João Martins, em 2021, na qual ele diz que o apoio à candidatura de Bolsonaro no segundo turno de 2018 foi uma "coisa de momento", as escolhas de Bolsonaro para os ministérios da Agricultura e Meio Ambiente pareceram bastante satisfatórias para a entidade, seja pela relação da ex-ministra Tereza Cristina com a Frente Parlamentar Agropecuária, como pela política antiindígena e antiambientalista adotada por Ricardo Salles, fazendo com que, apesar de alguns conflitos, a entidade declarasse

apoio a sua candidatura em 2022 e, publicamente, atacasse a candidatura de Lula e sua relação com os movimentos sem-terra.

Nesse sentido, ao analisar os posicionamentos adotados pela CNA de 2016 a 2022, que tem como foco medidas de conservação e proteção do modelo latifundiário da propriedade rural e políticas de crédito para a produção agropecuária, constata-se aquilo que inicialmente havia sido levantado na hipótese da pesquisa: embora a CNA seja uma entidade representativa da burguesia agrária, a própria burguesia agrária é um grupo multifuncional, com distintos agentes e interesses sem sua composição. Por isso, apesar de haver um discurso de representação geral do setor agropecuário, a CNA não consegue representar de forma equivalente todos esses interesses e atende, de forma mais relevante, aos interesses da porteira para dentro, priorizando os grandes fazendeiros e produtores.

REFERÊNCIAS

- AGROEMDIA. **CNA adverte:** Brasil não pode ter ideologia e bandeira no comércio mundial. 1 dez 2020. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2020/12/01/cna-adverte-brasil-nao-pode-ter-ideologia-e-bandeira-no-comercio-mundial/>. Acesso em: 17 out. 2023
- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. Boitempo. 2020.
- BALANÇO 2017 PERSPECTIVAS 2018. **Relações do Trabalho e Previdência Social**. 2017. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/trabalho_prev_social_balanco_2017.pdf
- BALANÇO 2018 PERSPECTIVAS 2019. **Relações Institucionais**. 2018. Portal: CNA. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/images/34-RELAC%CC%A7O%CC%83ES-INSTITUCIONAIS-CONGRESSO-NACIONAL_vf.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.
- BASSI, Bruno. **A nova cara da bancada ruralista**. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista>. Acesso em: 4 set. 2023.
- BRASIL DE FATO. **Em ofício CNA e ruralistas atacam liberação de agrotóxico que mata lavouras**. 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/02/em-oficio-cna-e-ruralistas-atacam-liberacao-de-agrotoxico-que-mata-lavouras>. Acesso em: 17 out. 2023
- BRASIL DE FATO. **O que passou na "boiada" de Ricardo Salles durante a pandemia?**. 9 jun 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 17 out. 2023
- BRUNO, Regina. **O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil:** recorrências históricas e habitus de classe. Revista Trabalho Necessário. 2022, v. 20, n. 41. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52566>>. Acesso em: 4 set. 2023.
- BONIN, Robson. **Líder ruralista defende reeleição de Bolsonaro e chama Lula de ladrão**. 11 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lider-ruralista-defende-reeleicao-de-bolsonaro-e-chama-lula-de-ladrao>. Acesso em: 17 out. 2023
- CÂMARA. **Ministra da Agricultura diz que aprovação de novos agrotóxicos é técnica e defende uso do glifosato**. 22 mai 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/558177-ministra-da-agricultura-diz-que-aprovacao-de-novos-agrotoxicos-e-tecnica-e-defende-uso-do-glifosato/>. Acesso em: 17 out. 2023

- CANAL RURAL. **Agro vai crescer em 2022, mas cenário fiscal e eleições preocupam, diz CNA.** 2021a. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/rural-noticias/agro-vai-crescer-em-2022-mas-cenario-fiscal-e-eleicoes-preocupam-diz-cna/>
- CANAL RURAL. **CNA entrega à ministra Tereza Cristina 10 propostas para o Plano Safra.** 19 mai 2021b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/cna-entrega-propostas-plano-safra/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- CANAL RURAL. **Katia Abreu é liberada para reassumir presidência da CNA.** 7 jul. 2016. Portal: Canal Rural. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/katia-abreu-liberada-para-reassumir-presidencia-cna-62884/> Acessado em: 25 set. 2023.
- CANAL RURAL. **CNA analisa impactos da pandemia do coronavírus sobre o agro.** 21 mar 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/cna-analisa-impactos-da-pandemia-do-coronavirus-sobre-o-agro-confira/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- CANAL RURAL. **"Vergonha total", diz Glauber Silveira sobre atuação do Senado nas pautas do agro em 2022.** 15 dez 2022. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/mato-grosso/vergonha-total-diz-glaubersilveira-sobre-atuacao-do-senado-nas-pautas-do-agro-em-2022/> . Acesso em: 17 out. 2023.
- CANAL RURAL. **Tramitações de pauta do agronegócio em Brasília é o foco dos parlamentares após eleições.** 1 nov 2022b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/politica/tramitacoes-de-pauta-doagronegocio-em-brasilia-e-o-foco-dos-parlamentares-apos-eleicoes/> . Acesso em: 17 out. 2023.
- CANAL RURAL. **Posse de armas: CNA quer participar de julgamento de decreto no STF.** 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/politica/posse-de-armas-cna-defende-no-stf-legalidade-de-decreto/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 4 set. 2023.
- CANAL RURAL. **Katia Abreu é liberada para reassumir presidência da CNA.** 7 jul. 2016. Portal: Canal Rural. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/katia-abreu-liberada-para-reassumir-presidencia-cna-62884/> Acessado em: 25 set. 2023.
- COLETTI, Claudinei. **Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil.** Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.131-145, set. 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** Contra a irresponsabilidade política e as soluções casuísticas. 2016a. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-oficial-contr-a-irresponsabilidade-pol%C3%ADtica-e-as-solu%C3%A7%C3%B5es-casu%C3%ADsticas>

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. 6 de abr. de 2016b. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** CNA recebe decisão pelo impeachment consciente da sua responsabilidade no processo de reconstrução do país. 17 de abr. de 2016c. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-recebe-decisão-pelo-impeachment-consciente-da-sua-responsabilidade-no-processo-de-reconstrução-do-pa%C3%ADs>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** Brasil recuperou a esperança de superar a crise. 31 de ago de 2016d. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-oficial-brasil-recuperou-a-esperança-de-superar-a-crise>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** sobre a suspensão da importação do café conilon. 22 fev 2017a. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-oficial-sobre-a-suspensão-da-importação-do-café-conilon>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** nota à imprensa sobre a terceirização. 23 mar 2017b. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-à-imprensa-sobre-terceirização>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** nota oficial à nação brasileira. 26 mai 2017c. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-oficial-à-nação-brasileira-1>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** CNA lamenta ações de vandalismo ocorridas em propriedade rural de Correntina-BA. 5 nov 2017d. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-lamenta-ações-de-vandalismo-ocorridas-em-propriedade-rural-de-correntina-ba>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** Previsibilidade e segurança para o setor continuar produzindo. 4 abr 2018a. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-pede-segurança-e-previsibilidade-para-o-setor-continuar-produzindo>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Nota oficial:** nota oficial à nação brasileira. 4 abr 2018b. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/publicacoes/nota-oficial-à-nação-brasileira>
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **O Futuro é Agro.** 2018c. Portal: CNA Brasil. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/o-futuro-e-agro-plano-de-trabalho-2018-a-2030> Acesso em: 25 set. 2023.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **CNA e entidades patronais apoiam reforma da previdência e anunciam 1 bilhão para o nordeste.** Portal: CNA Brasil. 28 mai. 2019a. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-e-entidades-patronais-apoiam-reforma-da-previdencia-e-anunciam-r-1-bilhao-para-o-nordeste>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Balanço 2019 Perspectivas 2020**. 2019. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Projetos-e-Programas-2020-1.pdf>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Balanço 2019 Perspectivas 2020**. 2019. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/A%C3%A7%C3%B5es-e-Conquistas-2019.pdf>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Regularização fundiária vai beneficiar pequenos produtores, avalia presidente da CNA**. 10 dez 2019. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/regularizacao-fundiaria-vai-beneficiar-pequenos-produtores-avalia-presidente-da-cna>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **FAEP avalia impactos do coronavírus no agronegócio**. 30 mar 2020a. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/faep-avalia-impactos-do-coronavirus-no-agronegocio>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Plano Safra destina 236,3 bilhões em recursos**. 18 jun 2020b. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/plano-safra-destina-r-236-3-bilhoes-em-recursos-1-1>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Presidente da CNA reeleito por unanimidade**. 14 set 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/presidente-da-cna-e-reeleito-por-unanimidade>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Governo anuncia Plano Safra com mais recursos e alta nos juros**. 2 jul 2021. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/governo-anuncia-plano-safra-com-mais-recursos-e-alta-nos-juros>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Nota sobre a eleição presidencial**. 2022. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/nota-sobre-a-eleicao-presidencial>. Acesso em: 17 out. 2023

CORREIO BRAZILIENSE. **Ciro chama CNA de 'fascista', defende Kátia Abreu e prega espaço ao contraditório**. 2018. Portal: Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/18/interna_politica,706682/ciro-chama-cna-fascista-defende-katia-abreu-prega-espaco-contraditrio.shtml Acessado em: 30 set. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio : mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. UFRGS. 2012.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **De onde vem a comida do seu prato?**. 27 jun. 2023. Portal: De Olho nos Ruralistas. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/06/27/de-onde-vem-a-comida-do-seu-prato/> Acessado em: 2 out. 2023.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em "total apoio" a Ricardo Salles.** 26 mai 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/>. Acesso em: 15 out. 2023.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Titula Brasil faz parte da maior ofensiva de grilagem pós-ditadura.** 12 abr 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/04/12/titula-brasil-faz-parte-da-maior-ofensiva-de-grilagem-pos-ditadura/> Acesso em: 15 out. 2023.

DIANNI, Claudia. **Bolsonaro e Tereza Cristina fazem ação de desagravo a países islâmicos.** 10 abr 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/10/interna_politica,748764/bolsonaro-e-tereza-cristina-fazem-acao-de-desagravo-a-paises-islamicos.shtml

ESPOSITO, Ivan. Com vetos, Temer sanciona lei que permite terceirização de atividade fim. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/temer-sanciona-lei-que-permite-terceirizacao-em-atividade-fim-das-empresas>

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (FAEC). **Kátia Abreu reeleita para mais um mandato na CNA.** 16 out. 2014. Portal: FAEC. Disponível em: <https://faec.org.br/sistema/katia-abreu-reeleita-para-mais-um-mandato-na-cna/>

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (FAEC). **Setor produtivo entrega nota de apoio ao presidente Jair Bolsonaro.** 23 out. 2018. Portal: FAEC. Disponível em: <https://faec.org.br/sistema/setor-produtivo-entrega-nota-de-apoio-ao-presidenciaivel-jair-bolsonaro/> Acesso em: 1 out. 2023.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. **Nota de repúdio.** 26 ago 2022. Disponível em: <https://cdn.oantagonista.com/uploads/2022/08/NOTA-DE-REPU%CC%81DIO-FAEC.pdf>

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ministro de Meio Ambiente fala em 'excesso de demarcações' e é rebatido por indígena.** 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministro-de-meio-ambiente-fala-em-excesso-de-demarcacoes-e-e-rebatido-por-indigena.shtml>

FRANCO, Giuliana. **Guardiões da propriedade:** organizações da burguesia agrária e reforma agrária - um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil - CNA (1995-2001). Unicamp. Jun 2002.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA (FPA). Sobre a FPA - total de membros. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em: 4 sett. 2023.

G1. **Saiba mais sobre as propostas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad para a agropecuária brasileira.** 26 out. 2018. Portal: G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/26/saiba-mais-sobre-as-propostas-de-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad-para-a-agropecuaria.ghtml> Acessado em: 2 out. 2023.

GLOBO RURAL. **'Sou produtor rural, não entendo de greve', diz presidente da CNA**. 2017. Portal: Globo Rural. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Politica-e-negocios/noticia/2017/04/globo-rural-sou-produtor-rural-nao-entendo-de-greve-diz-presidente-da-cna.html> Acessado em: 23 set. 2023.

LIMA, André. **As sete mentiras antiambientais de Bolsonaro na ONU**. Portal: UOL. 25 set. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/as-sete-mentiras-antiambientais-de-bolsonaro-na-onu/>

MATOSO, Filipe. **Aliada de Dilma, Kátia Abreu se diz alvo de tentativa de 'golpe' na CNA**. Brasília, 2016. Portal: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/aliada-de-dilma-katia-abreu-se-diz-alvo-de-tentativa-de-golpe-na-cna.html>

MOREIRA, Francisco. **O PROJETO POLÍTICO DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL: adversários, disputas e formas de atuação**. Florianópolis, 2018.

MOREIRA MS, Santos RT dos. **CIDADANIA REGULADA E ERA VARGAS: A interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300006>

MST. **Em protesto na CNA, manifestantes denunciam o agronegócio e fome no país. 20 abr 2022**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/20/em-protesto-na-cna-manifestantes-denunciam-agronegocio-e-fome-no-pais/>

OHANA, Victor. **Agronegócio dividido? Lideranças divergem sobre escândalos ambientais**. 20 set 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/agronegocio-dividido-liderancas-divergem-sobre-escandalos-ambientais/>

O POPULAR. **Bolsonaro incrementa verba para ruralistas e reduz quase a zero a reforma agrária**. 8 set 2020. Disponível em: <https://opopular.com.br/politica/bolsonaro-incrementa-versba-para-ruralistas-e-reduz-quase-a-zero-a-reforma-agraria-1.2115642>

PODER 360. **'Governo Bolsonaro conseguiu posicionar o Brasil na ONU' diz presidente da CNA**. 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-conseguiu-posicionar-o-brasil-na-onu-diz-presidente-da-cna/>

SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. 2016. Portal: Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acessado em 25 set. 2023.

SENADO. **Tereza Cristina defende integração de terras indígenas ao agronegócio**. 27 fev 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/27/tereza-cristina-defende-integracao-de-terras-indigenas-ao-agronegocio>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **CNA e governo reforçam importância da parceria comercial com países islâmicos.** 11 abr 2019. Disponível em: <http://www.sistemafaerj.com.br/2019/04/11/cna-e-governo-reforcaram-importancia-da-parceria-comercial-com-paises-islamicos/>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **CNA avalia Plano Safra como positivo e defende que recursos cheguem aos produtores com taxas compatíveis com a realidade.** 18 jun 2020. Disponível em: <https://senar-ro.org.br/cna-avalia-plano-safra-como-positivo-e-defende-que-recursos-cheguem-aos-produtores-com-taxas-compativeis-a-realidade/>

STACHEWSKI, Ana. **Bolsonaro mantém ministério do meio ambiente mas esvazia pasta.** 22 jan. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/bolsonaro-mantem-ministerio-do-meio-ambiente-mas-esvazia-pasta.html>

TAVARES, Ana. **A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista:** disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1998. Rio de Janeiro. 2012.

UOL. **Diretor do Inpe é demitido após desafiar Bolsonaro.** 2 ago. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/diretor-do-inpe-e-demitido-apos-desafiar-bolsonaro/>

UOL. **Presidente da CNA: apoio do agro a Bolsonaro foi ‘questão de momento’.** 8 dez 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/08/apoio-do-agro-a-bolsonaro-foi-questao-de-momento-diz-presidente-da-cna.htm>